

**ATA N.º 06/2020**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 28 de dezembro de 2020-----

----- Aos 28 dias do mês de dezembro de 2020, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----
- 2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Alcides Pinheiro dos Santos Marralheiro;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Doutor Eduardo Lourenço;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de Voto de Pesar pelas vítimas Covid-19;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de Voto de Louvor e Reconhecimento aos agentes e entidades que estão na linha da frente do combate ao Covid-19 no Concelho de Cantanhede;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de suspensão do Plano de Pormenor da Zona Sul de Cantanhede e estabelecimento simultâneo de medidas preventivas;--
- 8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Requalificação do edifício da Junta de Freguesia;-----
- 9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Construção de um telheiro na USF – Salus Vida Cadima;-----
- 10 - Apreciação, discussão e votação da proposta de anulação do subsídio atribuído

- à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Mercado de Cordinhã;-----
- 11 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Construção de sanitários no cemitério da Freguesia;-----
- 12 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Requalificação da Lagoa dos Coadiçais;-----
- 13 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Aquisição de carrinha;-----
- 14 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas de funcionamento do Jardim de Infância do Corticeiro de Cima;-----
- 15 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Construção do Parque Infantil e do Circuito de Manutenção, na União das Freguesias de Portunhos e Outil;-----
- 16 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio a várias freguesias / Aquisição de bens alimentares no comércio local / Cabazes de Natal;-----
- 17 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio a várias freguesias / cursos de educação extra-escolar ano letivo de 2019/2020;-----
- 18 - Retificação da deliberação camarária de 16/06/2020 / Atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Aquisição de equipamento;-----
- 19 - Apreciação, discussão e votação da minuta das Adendas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados entre o Município de Cantanhede e as Freguesias/União de Freguesias do Concelho para o ano de 2020 / Requalificação urbana na área das Freguesias;-----
- 20 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e as

freguesias do Concelho, para o ano de 2021 / Requalificação Urbana;-----

**21** - Apreciação, discussão e votação da proposta da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar com a Freguesia da Tocha para Gestão da Exploração do Mercado Municipal da Praia da Tocha e do Bar/Restaurante do Largo do Mercado na Praia da Tocha;-----

**22** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção do pagamento de rendas correspondentes aos 2.º, 3.º e 4.º trimestres de 2020 aos concessionários dos equipamentos municipais;-----

**23** - Covid-19 / Medidas de apoio à família, Empresas e entidades da economia social: Tarifas de abastecimento de água, águas residuais e Resíduos sólidos / Para conhecimento;-----

**24** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Juizes sociais;-----

**25** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Alteração à Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede / Isenção de taxas aplicadas pela utilização das instalações municipais das Piscinas Municipais, a residentes no concelho;-----

**26** - Apreciação, discussão e votação da 4.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2020;-----

**27** - Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2021;-----

**28** - Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2021;-----

**29** - Apreciação, discussão e votação da proposta da composição do júri de recrutamento dos diversos concursos para cargos dirigentes a promover pelo

Município de Cantanhede;-----

**30** - Criação do Fundo Municipal de Emergência de Apoio Empresarial / Para conhecimento;-----

**31** - Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2020 pela Câmara Municipal de Cantanhede / Para conhecimento;-----

**32** - Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia para a assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA);-----

**33** - Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual / procedimento para a "Construção / Beneficiação / Reparação de Edifícios Escolares (JI / EB 1/ CE), por Empreitada: Ampliação e Requalificação da EB1 de Febres;-----

**34** - Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual / procedimento para a "Construção do Parque Desportivo de Cantanhede – Balneários e bancadas, por Empreitada";-----

**35** - Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato de subconcessão de uso privativo da plataforma da via no ramal da Figueira da Foz;-----

**36** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão celebrado entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2021 / Transportes Urbanos de Cantanhede;-----

**37** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2021 / Limpeza urbana;

38 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2021 / Quinta Agrícola Biológica;-----

39 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2021 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes;-----

40 - Apreciação, discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo de longo prazo sob a forma de abertura de crédito ao Banco BPI, S. A / Requalificação da Rede Viária no Concelho - 2.ª Fase.-----

----- Antes de iniciar a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, havia solicitado a palavra para prestar alguma informação relacionada com a saúde no Concelho de Cantanhede.-----

----- Deu então a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que, decorrente de uma reunião na ARS, com a Sr.ª Presidente do Conselho de Administração da ARS e outro administrador, com o Sr. Diretor Executivo do ACES, Doutor José Luís Biscaia e com a Sr.ª Presidente do Conselho de Administração do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, Dr.ª Diana Breda, na qual esteve presente a Sr.ª Vereadora, Célia Simões e na qual foram discutidas questões relacionadas com a saúde no concelho, mais concretamente com a questão da consulta aberta, foi entendido que seria importante que os mesmos transmitissem aos Sr.s Presidentes de Junta de Freguesia e aos Sr.s membros da Assembleia Municipal os seus projetos, no momento, para serem implementados ou já implementados e a perspetiva que têm sobre a saúde para o

concelho. Informou ainda que os dois estavam presentes no momento, em videoconferência, para prestar aqueles esclarecimentos e solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, autorização para que o pudessem fazer.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, concordando com a proposta e perante a anuência dos restantes membros da Assembleia Municipal, deu então a palavra à Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diana Breda, a qual, após cumprimentar todos os presentes, informou ter iniciado funções em abril e o Dr. José Luís Biscaia em agosto, e passou a descrever o que ambos fizeram no Hospital, bem como o que foram fazendo em conjunto com o ACES: - Aumento do quadro médico em 40%; - Criação de uma nova zona de ambulatório, a qual, eventualmente, poderá estar no cume da discórdia, mas com a qual estão tranquilos porque foi uma decisão que permite economias de escala, bem como, aumentar os serviços prestados; - Aumento dos gabinetes de consulta externa, que passaram de 16 para 21 especialidades; - Criação das valências do hospital de dia, cuja importância em termos de resposta rápida dada à população será explicada de seguida pelo Dr. José Luís Biscaia; - Aumento do complemento de diagnóstico e da terapêutica; - Candidatura efetuada em março ao SAMA, Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, que foi aprovada e que dá acesso a um primeiro financiamento no valor de quase 900.000,00 €; - Candidatura ao Prémio Beyond the Call of Duty, que reconhece a excelência das boas práticas a nível internacional, tendo o Hospital sido um dos 15 finalistas; - Estabelecimento de um protocolo de articulação com o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra em cuidados paliativos, o qual representa muita inovação, aumenta a resposta aos doentes em paliativos e resolve um problema financeiro porque, há quase 4 anos que o hospital não recebia nenhum valor relativamente à unidade de cuidados paliativos. Informou, de seguida que, em termos de integração de cuidados e de resposta às necessidades da saúde da

população no contexto local, têm trabalhado em algumas alianças, uma delas com a autarquia, à qual agradeceu a relação de colaboração, na pessoa da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal. Acrescentou que, nesse âmbito: - Foi estabelecido um protocolo que ainda vai ser assinado para um parque de produtos de apoio; - Existe um projeto para um jardim terapêutico que terá um aspeto terapêutico e de reabilitação para os utentes, mas também que visará a promoção do bem-estar para as visitas e para os funcionários do hospital; - Têm trabalhado muito intensamente com os conselhos diretivos e os profissionais, num estreitamento de relações, com o ACES Baixo Mondego; - Têm trabalhado nos exames complementares de diagnóstico e terapêutica, tentando perceber como é que poderão facilitar o acesso às análises clínicas, ecografias, ECG aos utentes que proveem dos cuidados de saúde primários; - Estão a trabalhar em programas da consulta externa e, no hospital de dia, em consultadoria entre os médicos e definição de critérios de referenciação; - Têm ainda em génese um projeto tripartido entre os cuidados de saúde primários, o Hospital e a Câmara, com a utilização da Unidade de Saúde Móvel, carro que vai ser fornecido, para tentar estabelecer um serviço de proximidade às populações em cada Junta de Freguesia, passando pela realização de análises clínicas e consultas que possam ser referenciadas em proximidade com o cidadão, sem que este tenha que se deslocar.--

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Dr. José Luís Biscaia, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, realçou a excelente colaboração que tem havido com a autarquia de Cantanhede, em todo o processo da pandemia COVID, assegurando as equipas de testes realizados por equipas profissionais do próprio no ACES Baixo Mondego, os transportes, os motoristas, a limitação de espaços e toda a logística que tem permitido concretizar aquele facto. Informou, de seguida que o ACES pretende, nomeadamente, o acesso



das pessoas aos cuidados de saúde, garantir que as questões sejam resolvidas em proximidade, em tempo certo e adequado, evitando deslocações e gerindo o percurso das pessoas, simplificando a vida das mesmas e o seu percurso na gestão das situações da saúde e da doença, o que só é possível com a excelente relação existente entre o Hospital e a Autarquia. Acrescentou que, na área do Centro de Saúde de Cantanhede e das várias unidades de saúde de Cantanhede, do ponto de vista dos serviços dos recursos humanos, o ACES não está muito mal no que toca a cuidados de saúde primários, uma vez que existem cinco unidades, a UCSP de Cantanhede e as 4 USF, a USF As Gândaras, a USF Marquês de Marialva, a USF Unidade de Progresso e Saúde e a USF Salusvida. Relativamente à USCP de Cantanhede, de maior dimensão, afirmou ter esperança que, a curto prazo, possa ser objeto de candidatura e informou que tem, no momento, falta de um médico que será substituído através de um concurso de mobilidade, que já está a decorrer, encontrando-se já na fase da escolha final. Relativamente à USF Progresso e Saúde, informou existir um problema transitório porque, apesar de ter 3 profissionais, 2 profissionais vão ficar em licença de maternidade no próximo ano, criando um problema na gestão e na oferta. No entanto, já foi contratada uma médica que estava disponível para colaborar e ajudar naquele período transitório, que, infelizmente, também ficou com o COVID passado pouco tempo de ter entrado. Relativamente à enfermagem e aos assistentes técnicos, informou existirem situações pontuais, sem graves lacunas e apenas com dificuldades naturais devido à idade de alguns dos profissionais. Informou ainda que, no próximo ano, 4 médicos irão reformar-se pelo que há que garantir a substituição dos mesmos atempadamente. Relativamente à questão da consulta aberta, que não é um serviço de urgência, mas sim um espaço onde se faz a gestão da doença aguda, recordou que a mesma ocorre aos fins de semana, no mesmo horário, permitindo

garantir que os diversos postos de proximidade se encontrem abertos o mais tempo possível e mais próximos das pessoas no seu dia a dia. Relativamente aos problemas, informou que continuam a ter problemas ao nível das centrais telefónicas, embora seja um problema nacional e não apenas do Concelho, no entanto, já foram disponibilizados telemóveis a dois terços dos profissionais para puderem responder às chamadas. Há, também em curso, um processo ao nível das centrais digitais para que aquela rede de telemóveis, permita que qualquer pessoa que ligue para qualquer unidade do ACES, do Centro de Cantanhede, seja atendido por uma mensagem, responda a algumas questões, e que a chamada seja devolvida. No entanto, aquele projeto que decorre a nível nacional, encontra-se com um atraso de 6 meses. Ainda na área de qualificar o acesso e, permitir que as pessoas possam resolver alguns problemas a partir de casa, informou que em janeiro, será dado início a uma aplicação denominada "Minha Saúde", para vários Centros de Saúde do país, que permitirá aos utentes pedir a marcação de uma consulta, pedir ou renovar o receituário e pedir alguns documentos. Relativamente a todas as áreas de trabalho colaborativo com o Hospital e com o tipo de resposta existente naquela unidade, informou que estão a fazer um esforço, em aumentar os cuidados domiciliários para os doentes acamados, para as pessoas com doenças crónicas e com dificuldade de locomoção, em colaboração com a autarquia, com vários carros cedidos até à data, tendo em vista a criação de um apoio domiciliário, mais qualificado, mais próximo, dando a possibilidade de diagnóstico móvel e de criar vários polos nas diversas freguesias, bem como, de uma forma calendarizada, dando a possibilidade de fazer colheitas no local, sem que as pessoas se desloquem para fazerem exames ao sangue, eletrocardiogramas ou outros exames como a ecografia. Relativamente ao Hospital de Dia, informou ser um espaço onde vão pessoas diabéticas, hipertensas, com

descompensação, com insuficiência respiratória, que são referenciadas e monitorizadas no prazo de 24 horas, podendo realizar um conjunto de análises, o que representa mais um valor acrescentado nas áreas definidas como importantes. Relativamente à questão da referenciação informou que, daqui a 2 ou 3 meses o processo estará identificado e conseguirão aumentar a referenciação para o Hospital de Cantanhede, evitando que várias consultas de especialidades tenham de ser feitas em Coimbra ou em outros sítios. Acrescentou que a referenciação será automática, sem a necessidade de se ter que intervir diretamente do Centro de Saúde para o Hospital, será escolhida uma hora do dia que seja confortável para a pessoa e serão criados dados muitos claros e transparentes. Relativamente aos cuidados paliativos e do projeto que já viu, recordou que o protocolo com o CHUC permitirá um aumento de financiamento da unidade dos cuidados paliativos, em articulação com a unidade de internamento, o que é um facto relevante. Afirmou ser fundamental que, atualmente se tenha uma unidade de cuidados paliativos domiciliários, em conjunto com o ACES, devendo existir articulação e potenciar aqueles cuidados e acredita que, no primeiro trimestre de 2021, já conseguirão dar os primeiros passos para o fazer. Relativamente à questão da transformação digital, nomeadamente, a teleconsulta, informou que, no momento, estão reunidas várias condições para poderem começar a fazer duas ou três equipas de telesaúde, com médicos e enfermeiros que vão conseguir contactar com médicos/enfermeiros da equipa do Hospital para puderem discutir os casos clínicos e as situações, evitando a circulação do doente. Reforçou que com a teleconsultadoria cria-se uma relação de proximidade que não tem só a ver com o espaço físico, mas também com o acesso à informação em diversas situações ou exames que podem ser enviados para análises, como já acontece com a tele dermatologia. Acrescentou que com a teleconsulta, estando o doente à distância,

em casa, poderá ser mais difícil, consoante as condições que o mesmo tem ou não tem em sua casa, mas em algumas situações, quer o Hospital de Cantanhede, ou mesmo o CHUC, através dos seus profissionais, poderão prescrever a medicação necessária. Relativamente à vacinação da COVID esclareceu algumas dúvidas: - Não há nenhum critério de exclusão de cidadãos portugueses na vacinação COVID, ou seja, todos os cidadãos portugueses serão vacinados. Acrescentou que há 22 milhões de doses de vacinas, sendo duas doses por pessoa, poderão ser vacinadas 11 milhões de pessoas, mais do que os 10 milhões de portugueses existentes, pelo que não haverá falta de vacinas; - Não é possível vacinar todos ao mesmo tempo, mesmo que todas as vacinas já se encontrassem disponíveis porque existe um tempo de execução de vacinação; - As vacinas ainda não estão todas à disposição, vão sendo entregues de acordo com um calendário faseado a nível internacional, não dependendo exclusivamente da situação portuguesa; - Perante várias questões colocadas por utentes sobre "quando irei ser vacinado" porque são diabéticos, hipertensos, obesos, têm uma doença oncológica, há que perceber que não se consegue resolver toda essa angústia ao mesmo tempo e que não há nenhum critério de exclusão. Reforçou que só há um critério, uns serão vacinados primeiro que os outros, mas todos serão vacinados. Acrescentou ainda que, até ao fim do ano, a maioria da população portuguesa, se não houver atraso na entrega das vacinas, estará vacinada; - A primeira entrega de vacinas foi mais pequena pelo que, na primeira fase da vacinação COVID, serão vacinados os profissionais dos lares e os residentes daquelas instituições, na segunda fase, os profissionais de saúde, as forças de segurança e as pessoas com mais de 50 anos que tenham pelo menos uma das doenças identificadas. Afirmou ser natural que exista um certo desfasamento do tempo, mas que todos vão ser vacinados e acrescentou que o facto de se terem

começado as vacinações pelos profissionais de saúde tem a ver com a hipótese de os precaver caso haja uma maior crise da pandemia em janeiro. Acrescentou ainda que, um dos critérios também tem a ver com os concelhos com maior incidência, no entanto todos os cidadãos serão contactados.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio a qual, considerando que não se consegue ir ao encontro da informação pretendida, falando dos assuntos à distância, sugeriu que, no início do ano, houvesse uma reunião presencial com pelo menos todos os representantes, uma vez que ainda há várias situações que têm de se ultrapassar. Relativamente à consulta aberta, informou que o Dr. José Luís Biscaia já manifestou a sua opinião várias vezes, que ela própria já mandou um ofício à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, à Sr.<sup>a</sup> Presidente da ARS, e que, inclusivamente também já falou com a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Dr.<sup>a</sup> Alexandra Leitão, a qual solicitou que lhe fosse enviado todo o historial do não cumprimento do protocolo que foi assinado à data, pelo anterior Presidente da Câmara e atual Presidente da Assembleia Municipal e pelo anterior Presidente da ARS. Informou, de seguida que, na última reunião na ARS e numa reunião anterior no Hospital, convidou o Sr. Vereador do Partido Socialista, Dr. Luis Silva, não só por ser Vereador do Partido Socialista, mas também por ser médico numa extensão de saúde, e ainda por ter trabalhado na consulta aberta, tendo uma opinião formada sobre o assunto. Acrescentou que, nas duas situações, apesar de ter dito que estaria presente, o Dr. Luís Silva teve um problema de saúde e não pôde estar presente. Isto para dizer que, a saúde no concelho não pode ser partidarizada, mas deve ser pensada ao nível do que os Municípios pretendem. Referiu que todos os projetos do Hospital são importantes, como a questão do aumento das consultas externas ou o projeto com a

unidade móvel adquirida pelo Município através da CIM. Afirmou que finalmente, poderá haver um entendimento relativamente aos postos de enfermagem, desde que haja, conforme já transmitiu o Dr. José Luis, uma ligação ao próprio Serviço Nacional de Saúde, podendo ser colmatadas algumas falhas e repensar-se a forma como aquele serviço estava a ser feito. A faltar, continua a questão da célebre "consulta aberta", para que haja uma complementaridade para os munícipes, numa área ou num horário que lhes possa faltar, pelo que a situação tem de ser resolvida formalmente. Acrescentou ter sido nesse sentido que foi consultada a Sr.ª Ministra, Alexandra Leitão porque, no momento, o Estado está em incumprimento com o Município, devendo por isso ter consequências. Referiu ainda que, como ainda não há resposta, têm de se arranjar soluções, e não deixar arrastar o assunto como se tem arrastado o problema dos postos de enfermagem, serviço esse que continua a ser feito, ao contrário da consulta aberta. Finalmente, referiu que, com o encerramento físico na parte do Hospital continua a preocupação sobre o que vai acontecer ao resto do serviço e afirmou que, se houvesse a garantia de uma cobertura aos fins de semana e fora das horas em que não estão abertas as extensões de saúde, então poder-se-ia reformular um protocolo e repensar uma outra solução, mas tem que existir uma solução.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o qual agradeceu as intervenções do Sr. Dr. José Luís Biscaia e da Dr.ª Diana Breda e reforçou o convite feito pela Sr.ª Presidente da Câmara, para que o mais rapidamente possível e assim que as condições o permitirem, poderem reunir. Acrescentou tratar-se de questões com as quais o Município se debate há muito tempo e para as quais pode haver soluções, assim o queira o poder político, no caso o Ministério da Saúde, através da Administração Regional de Saúde do Centro. Acrescentou ainda que, possivelmente, há sinergias que se podem criar e que o Município, desde sempre, manifestou a sua

total disponibilidade, tendo consciência que a situação não é a melhor, que há falta de recursos humanos, nomeadamente, de médicos. Referiu que esta situação não é só de Cantanhede, mas sim de toda a CIM Região de Coimbra, mas talvez possam encontrar soluções para garantir a qualidade de serviço prestado aos cidadãos na questão da proximidade e na questão da eficiência. Referiu ainda que o Município tem uma palavra a dizer porque pode ser um parceiro e não percebe como é que o Ministério da Saúde sempre lhe fechou esta porta. Assim, reiterou o convite para uma reunião presencial para discutir a questão da Saúde no Concelho, pois acredita não ser difícil encontrarem uma solução. No entanto, uma coisa é o Município, o Hospital e, eventualmente, o ACES ter essa vontade e, outra coisa, é ter um bom projeto, porque num patamar superior, existem decisões que têm de ser tomadas e que, por norma, envolvem questões financeiras que, muitas vezes se erguem, e que não se conseguem ultrapassar. -----

----- Encerrando o assunto, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que, devido ao estado de calamidade e à crise pandémica vivida, conforme acordado com a Sr.ª Presidente da Câmara e os líderes das bancadas da Assembleia Municipal, a presente sessão é presencial apenas para os membros da Mesa da Assembleia, Líderes/responsáveis das bancadas com assento na Assembleia Municipal e Executivo Municipal, sendo que a participação dos restantes membros da Assembleia Municipal foi efetuada através de videoconferência, de acordo com o n.º 3 do art.º 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março. Assim, com os restantes elementos da Mesa, conferiu as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado a falta do Sr. Asdrúbal Neto Torres. Pedido de substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia de Murtede, Sérgio Duarte Oliveira Maia e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das



Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima pelo seu secretário, Licínio Manuel de Jesus Patarra, conforme documentos apresentados.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 03/2020, da sessão da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2020.-----

----- Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 03/2020, da sessão da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2020, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 04/2020, da sessão da Assembleia Municipal de 17 de setembro de 2020.-----

----- Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 04/2020, da sessão da Assembleia Municipal de 17 de setembro de 2020, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 05/2020, da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 13 de outubro de 2020.-----

----- Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 05/2020, da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 13 de outubro de 2020, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 18 de setembro de 2020 a 28 de dezembro de 2020 informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou de seguida que a bancada do PS solicitou a inclusão na ordem de trabalhos de dois votos de louvor e a bancada do PSD de umas moções. No entanto, conforme já havido indicado em anteriores

C

sessões, ambas as propostas foram rejeitadas porque deveriam ter sido apresentadas com alguma antecedência, para que pudessem ser distribuídas por todos e, eventualmente, se aferisse se todas as bancadas as pretendiam subscrever.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Luis Pato, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, questionou sobre os *timings* para a apresentação de propostas e propôs que as duas propostas de atribuições de Votos de Louvor do PS fossem incluídas na ordem de trabalhos da próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Mesa, João Moura que, a entrega das propostas deve ser feita em articulação com o tempo que os Serviços necessitam para enviar o Edital da Assembleia Municipal. Esclareceu que, quando se envia o Edital as propostas já têm que ter chegado, no entanto que em situações limite e em casos muito sensíveis poderá haver alguma flexibilidade. Assim, solicitou que, as propostas sejam entregues aos serviços atempadamente, para que possam ser analisadas, eventualmente subscritas pelas restantes bancadas e incluídas no Edital e informou que os Votos de Louvor solicitados incluir na presente sessão, serão discutidos na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Ana Margarida Maia, a qual referindo-se às obras de requalificação da Rua D. Afonso Henriques, Rua Conselheiro Carvalho, Rua de S. João e Rua das Parreiras, em Cantanhede, afirmou que, perante o facto das estradas, ruas e passeios estarem ainda com buracos, remendos, rasgos e toda a espécie de malformações, defeitos, imperfeições, está-se

a fazer obra e ainda bem. Relativamente à Rua D. Afonso Henriques, bem no centro de Cantanhede, referiu que foi devidamente requalificada com novo pavimento, arranjos de passeios e colocação de floreiras com flores que melhoraram sem dúvida aquele arruamento e embelezaram o espaço. No entanto, quem lá vive e frequenta aquela rua queixa-se muito da colocação dos pinos ou pilaretes em metal que a ladeiam. Acrescentou que, se são elementos positivos para disciplinar o estacionamento abusivo, também podem dificultar a circulação dos veículos ou danificar os mesmos numa manobra mais difícil. Recordou que, existem muitos relatos de ciclistas que não se apercebendo da existência da ranhura no meio da via, acabam por colocar as rodas na mesma e, mal isso acontece, caem e causam ferimentos em si e eventualmente noutros. Assim, se tal ranhura é absolutamente necessária ao escoamento das águas pluviais, questionou sobre o porquê de não se ter optado por uma outra solução, uma vez que, em todo o país e até no concelho existem outras soluções para o escoamento das águas nas vias rodoviárias, tendo algumas já sido indicadas e sugeridas pelo Vereador do PS junto do Executivo. Afirmou que representam um perigo para quem circula de bicicleta na cidade e que não se pode tolerar que sucedam acidentes com mais ou menos gravidade por aquele motivo. Questionou ainda se para as intervenções que estão a decorrer na cidade, a solução escolhida foi a mesma.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se a vários assuntos: - Verificou que a Sr.ª Delegada de Saúde de Cantanhede tem vindo a aconselhar ou a desaconselhar a realização de alguns encontros e Assembleias. Acrescentou que, apesar de ser um caso atípico e sensível, o que chama a atenção é que de facto, a Sr.ª Delegada de Saúde desaconselha e por vezes não recomenda,



mas nunca proibiu a realização de eventos apesar de ser uma Autoridade da Saúde que o poderia fazer, tendo em conta o estado da atual pandemia e da informação de que dispõe, que muitas vezes, não é do conhecimento geral da população. Acrescentou ainda que, com ou sem plano de contingência, muita das vezes tem deixado os responsáveis das várias instituições em situações incómodas e incoerentes. Deu como exemplo que os partidos políticos podem estar em assembleias de militantes sem qualquer problema, que a Assembleia Municipal tem sido sempre um problema para saber se se pode realizar ou não, que outras assembleias são realizadas, levantando dúvidas à população quanto aos critérios seguidos. Referiu que no concelho realizam-se eventos maiores que a Assembleia Municipal, dando como exemplo um plenário de um sindicato de transportes realizado no dia 26, em Murte de, para o qual a Sr.<sup>a</sup> Delegada de Saúde disse apenas que desaconselhava, e como não disse claramente que "não era para realizar", eles realizaram-no. Assim, perante a imagem de confusão e de incerteza transmitida perante a população, questionou sobre o tipo de risco da pandemia que a Sr.<sup>a</sup> Delegada de Saúde aconselha que aqueles eventos, tipo Assembleias, de elevado, extremamente elevado ou moderado, uma vez que se tratam de reuniões essenciais para o funcionamento de todas as associações; - Informou que, de acordo com a última edição do Anuário financeiro dos Municípios Portugueses, o Município de Cantanhede evidenciou excelentes resultados em diversos parâmetros na gestão pública, tendo ficado na 2.<sup>a</sup> posição no contexto da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no 32.<sup>o</sup> lugar ao nível do país, na 2.<sup>a</sup> posição entre os Municípios da CIM Região de Coimbra e 28.<sup>o</sup> em termos nacionais com a maior amortização de empréstimos em relação a novos empréstimos, em 11.<sup>o</sup> lugar com o maior volume de receita cobrada na venda de bens duradouros em 2019 que decorre diretamente da



venda de terrenos no âmbito do processo de expansão industrial através de investimentos na ampliação e reforço da atratividade das zonas industriais. Enquanto Município da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra ficou em 27.ª posição no *ranking* das autarquias portuguesas de pequena e média dimensão e em 47.ª posição ao nível nacional por ter registado o melhor desempenho económico e financeiro em 2019. Relativamente à INOVA, EM-SA, informou que ficou em 24.ª posição a nível nacional no ranking respeitante aos resultados líquidos do exercício, sendo uma das quatro entidades com melhor performance no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra; - Relativamente à abertura do museu LOAD ZX SPECTRUM, no passado dia 17 de outubro, primeiro museu dedicado ao computador LOAD ZX SPECTRUM, que esteve na origem da informática de utilização pessoal e atravessou várias gerações marcando o início da generalização da informática como a entendemos hoje, referiu tratar-se de um museu diferente, inovador e diferenciador. Acrescentou que Cantanhede passa a dispor de um equipamento cultural privilegiado para os mais novos, sendo um museu para ser visitado por famílias, desde crianças aos avós, um museu vivo que favorece a interatividade com os dispositivos, uma ferramenta de enorme interesse para as escolas e alunos de diferentes níveis de ensino, que constitui uma mais-valia em termos de atratividade turística. Sublinhou ainda a dimensão histórica e cultural, porque o Museu desperta memórias e boas recordações às várias gerações que passarão por aquele espaço; - Informou que o Município de Cantanhede foi distinguido com as insígnias ECO 21, recebendo assim por mais um ano o reconhecimento do trabalho extremamente positivo que a autarquia tem vindo a desenvolver na área da sustentabilidade ambiental do território. Recordou que a atribuição das insígnias ECO 21 assenta num conceito agregador, que visa fortalecer o movimento de mudanças nos comportamentos individuais e coletivos que

contribui para a melhoria do meio ambiente e a preservação dos recursos naturais, reconhecendo que o Município continua a responder positivamente aos desafios, cada vez mais exigentes, na gestão do território e na relação das políticas municipais, que são avaliadas, monitorizadas, de modo a se poder melhorar constantemente e traçar metas para o futuro; - Relativamente à vacina para a Covid-19, afirmou existir uma grande expectativa, um grande trabalho de ciência e investigação e um grande investimento da humanidade por, em tempo recorde, a conseguir. No entanto, apesar da confiança e da euforia, considerou que a sua universalização e a sua realidade ainda está longe; - Relativamente às escolas, deixou uma palavra de elogio pela forma como a gestão do regresso presencial às aulas tem sido feito neste contexto muito difícil e complexo de pandemia. Recordou que diziam que, passadas duas semanas, as escolas seriam todas fechadas porque iria ser uma fonte de surtos, no entanto houve um trabalho notável de organização, de resiliência, de persistência e de comunicação e articulação entre as escolas, a Delegada de Saúde e o Município. Foi possível preparar tudo, organizar planos de contingência, reorganizar o espaço escolar, os encaminhamentos de casos e as comunicações céleres com as entidades parceiras e com a comunidade escolar. Elogiou também os professores, os educadores e os auxiliares de ação educativa que, à sua escala, também foram uns heróis, tendo eles também familiares em risco em casa e filhos, e que poderiam eventualmente não colaborar e arranjar desculpas para não comparecer. Todos estiveram presentes, cientes da importância para o sucesso educativo daqueles que são a razão de ser do sistema de ensino; - Relativamente à intervenção de Ana Margarida Maia sobre a requalificação da Rua D. Afonso Henriques, recordou que todos tiveram a oportunidade de ver a sua publicação nas redes sociais relativamente àquele assunto. Acrescentou que, consultadas as atas da Câmara, foi verificado que

todas as contribuições do PS sobre aquela rua, fossem elas sugestões, alterações, soluções, melhorias, feitas em pleno exercício da democracia, foram consideradas e contempladas. Ainda sobre este assunto, referiu que, quem pretender tirar dúvidas ou colocar questões ao Município, não o deveria fazer nas redes sociais, mas sim na sessão da Assembleia, como acabou de fazer Ana Margarida Maia, ainda mais, tendo o Partido Socialista um vereador no Executivo que poderia também encaminhar aquela pergunta. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Carlos de Jesus, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, abordou os seguintes assuntos: - Salientou a conclusão da rotunda em Cantanhede, junto à antiga passagem de nível, que, apesar dos custos terem ascendido a mais de 185.000,00 €, é muito importante para a regulação do trânsito e pelo reforço das perspetivas de futuro para aquela zona da cidade. Reforçou que aquela intervenção deu dignidade e modernidade àquela entrada de Cantanhede e pretende disciplinar a circulação viária naquela zona residencial consolidada, ainda com apreciável potencial de expansão urbana. Concluiu que aquela intervenção foi plenamente justificada, no quadro da política de execução de infraestruturas que o Município tem vindo a desenvolver de forma paulatina e ponderada, visando a qualificação e valorização urbana em todo o perímetro da cidade de Cantanhede; - Deu os parabéns ao Município por ter sido novamente distinguido por ter boas práticas e políticas amigas das famílias, num momento atual que tende a agravar as diferenças e a amplificar desigualdades sociais. Recordou que o estatuto de "Autarquia mais Familiarmente Responsável" resulta do reconhecimento das ações concretas implementadas, entre as quais, o programa de incentivo à natalidade que se traduz na atribuição de um subsídio de 500,00 € por cada bebé nascido, a concessão do IMI familiar e o contributo da INOVA



através da tarifa social para famílias numerosas, o que demonstra a visão bem alargada da Câmara que, percebendo o que se passa à sua volta, toma decisões em coerência com essa sua percepção; - Salientou que, desde o início da pandemia do COVID-19, as empresas de biotecnologia sediadas no BIOCANT PARK em Cantanhede, envolveram-se e apostaram na criação de soluções inovadoras nas áreas de diagnóstico, tratamento e prevenção, baseadas na experiência prática e conhecimento das suas equipas de investigadores. Acrescentou que, fruto desse labor, do seu saber e da sua iniciativa, fala-se de Cantanhede e do BIOCANT PARK, em reportagens, notícias e na televisão. Fala-se de um medicamento à base de células estaminais, de uma estrutura que permite a execução em escala de testes de diagnóstico à COVID-19, de uma vacina por inalação e do projeto ARCOVID 19, que passa pelo desenvolvimento de uma metodologia da deteção da presença da SARS-COVID2 em amostras do ar. Assim, saudou aqueles projetos que estão a decorrer e fez votos para que possam ser bem-sucedidos, uma vez que, com isso, o nome do concelho irá cada vez mais longe e o investimento ali realizado terá mais e melhor retorno. Acrescentou que, com a sua intervenção pretende destacar a ação dos investigadores, dos cientistas e das empresas que, com todo o mérito, estão na linha da frente e estão na vanguarda, tendo esperança que tenham alguma sorte naqueles processos para que possam sortir efeito. Recordou, no entanto que, foi o Município de Cantanhede que avançou com aquele projeto que se vem desenvolvendo há alguns anos e que está agora a produzir frutos; - No contexto da pandemia e com a proximidade recorrente da gripe sazonal, recordou que, em 20 de outubro, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, um protocolo com a associação "Dignidade" para dar cumprimento ao Plano Nacional de Vacinação para os idosos do Concelho, que representa um investimento de 4.500,00 €, colocando assim os mais desprotegidos e

frágeis no seu devido lugar, dando-lhe a atenção que merecem e antecipando cuidados que de outra forma se poderiam afigurar tardios e, por isso, ineficazes. Acrescentou que tal decisão terá sido fruto de zelo e atenção por parte da Câmara, visto que o número de infetados por Covid19 crescia no país e no concelho e se falava dos perigos que se perspetivavam e que, infelizmente, se confirmaram semanas depois. Referiu ainda que, felizmente, a gripe sazonal tem andado discreta, talvez devido à prevenção que foi tida, em devida conta, pelo Município; - Salientou na pessoa da Sr.ª Vereadora, Célia Simões, o envolvimento da Câmara num outro projeto de vacinação do SNS local, projeto que prevê a vacinação contra a Covid19 gratuita para pessoas com mais de 65 anos de idade. Acrescentou que, de acordo com esse projeto, o Ministério da Saúde fornece as doses das vacinas e o Município suporta 90% do preço da administração das mesmas até um máximo de 2/25, investindo, declaradamente, verbas do Município para que os mais frágeis possam ter acesso atempado àquelas vacinas. Considerando que o Município tem revelado permanente atenção face aos desafios colocados pela pandemia COVID-19, que tanto mudou o planeta em cerca de um ano, desafiou a Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a dar conta dos investimentos feitos naquele âmbito, até à presente data. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Eduarda Pedro, por não conseguir falar pela videoconferência, lhe enviou um manuscrito que passou a ler à Assembleia, do seguinte teor: *"Cumprimento todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, da Senhora Presidente da Câmara. Iremos continuar a defender a resposta de proximidade em matéria de cuidados urgentes, nomeadamente, o atendimento presencial. A unidade de saúde móvel é uma boa resposta de serviços de proximidade às populações e ansiamos ver o projeto*

*implementado no terreno. Contudo existem barreiras que têm de ser ultrapassadas, nomeadamente, as que têm a ver com as tecnologias de informação e comunicação e, com o facto de a população do concelho ser maioritariamente idosa e sem conhecimento e acesso às novas tecnologias. Aguardo por isso uma reunião onde possamos debater ideias sobre esta questão da Saúde e da implementação no terreno destes projetos da área da saúde."*-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, passou a responder aos assuntos abordados, da seguinte forma: - Relativamente à intervenção de Ana Margarida Maia sobre as vias que já foram ou estão a ser requalificadas, recordou que, no anterior mandato, antes da obra começar, o Executivo reuniu neste mesmo Salão com os residentes da Rua Afonso Henriques, os quais demonstraram a sua grande preocupação pelo facto de terem dias em que não conseguiam sair de casa, por terem as portas completamente bloqueadas pelos carros que estacionam de qualquer forma naquela rua. Afirmou de seguida que, quando há alguma coisa que pode estar mal ou menos bem, está sempre recetiva a corrigir, no entanto, considera que aquele projeto é muito agradável e que as pessoas que têm gostado. Informou ainda que, os próprios construtores do projeto, ainda há uns dias lhe disseram que muita gente vinha ao pé deles e mandavam palpites sobre a forma como a obra deveria decorrer. Relativamente aos pinos, afirmou gostar muito das vias de forma circular, muito na linha do Sr. Vereador, arquiteto Gonçalo Magalhães, de acordo com as discussões tidas nas reuniões de câmara relativamente às vias partilhadas. Acrescentou que numa via partilhada, tem que se interiorizar a forma como é respeitada, porque via partilhada, não significa retirar os pinos para que toda a gente estacione, porque não é esse o objetivo naquelas ruas mais antigas. Relativamente à questão dos ciclistas,

informou que, naquela ranhura para escoamento de águas não cabe uma roda de uma bicicleta normal, tendo lá encajado bicicletas de competição ou de estrada. Acrescentou que, as Infraestruturas de Portugal também têm projetos idênticos e que, segundo a própria GNR, tal só aconteceu porque as pessoas não estavam a circular como deviam, estavam a circular pelo meio da estrada. Esclareceu ainda que, a trepidação provocada pelo piso existente faz com que as pessoas prefiram circular naquela lajeta que se encontra exatamente junto ao escoamento de água para que a bicicleta não trepide tanto, o que é incorreto porque a circulação não deve ser efetuada pelo meio da estrada, mas sim pela via lateral. Contudo, informou que, como o problema é das águas, nas últimas vias que foram feitas, a largura daquela abertura já é menor do que na Rua D. Afonso Henriques, menor no sentido de já não encaixar uma roda de bicicleta. Voltou a referir que, apesar disso, as pessoas não devem andar pelo meio das ruas, mas sim circular lateralmente e que o próprio ciclista tem de se adaptar àquela zona que se pretende naturalmente ciclável. Recordou que o concelho é plano e apelativo para aquele tipo de atividade, pelo que irá tentar ir ao encontro de uma circulação descansada e confortável para o peão ou para quem está mais limitado. Informou ainda que, na Rua das Parreiras e na Rua Conselheiro Carvalho, há vários consultórios que necessitam de acessibilidades, existindo muito menos pinos, o que leva a que lá se comece a estacionar, no entanto, aquele estacionamento deve ser temporário ou usado rapidamente para qualquer urgência. Recordou de seguida que, um dia destes, houve um acidente de carro numa daquelas ruas e, se não fosse o pino lá existente, não sabe o que teria acontecido à loja que se encontrava ao lado e às pessoas que estavam a circular. Finalmente, afirmou que o projeto é um projeto de materiais nobres, sendo o pretendido em zonas mais antigas da cidade, na tentativa de não levar alcatrão, mas outro tipo de materiais, contudo, afirmou,

novamente, estar disponível para fazer algumas correções e também para ouvir propostas de eventuais alterações ou adaptações à requalificação da cidade; - Agradeceu as intervenções relacionadas com elogios, não só na área do município, mas também às entidades da área da saúde e às escolas. Relativamente ao novo museu, referiu que infelizmente, abriu numa altura terrível, porque se tivesse aberto noutra época, em que as pessoas pudessem circular de outra forma, já estaria a ter um impacto muito maior, no entanto, acredita que vai ser um museu que vai dar que falar; - Relativamente aos resultados do Anuário, afirmou serem aqueles que o Município pretende continuar a ter, para que possa executar as suas obras, os seus projetos, mas sempre com a segurança da estabilidade financeira; - Relativamente ao BIOCANT explicou que há que distinguir a BIOCANT, S.A., empresa que faz a gestão do Parque e onde estão inseridas as empresas e a BIOCANT Associação que continua e teve eleições há pouco tempo, depois da saída do anterior Presidente da Direção, atual Presidente da Assembleia Municipal, como todos sabem. Informou de seguida que, o projeto do medicamento é da empresa privada Crioestaminal, e o projeto da vacina é da empresa Immunethep, também privada, mas por exemplo, o ARCOVID já é um projeto da própria associação que continua a dinamizar outro tipo de intervenções, no sentido, não do lucro, mas de intervenções na área da saúde, do ambiente e da educação, existindo uma excelente ligação entre as duas áreas, sendo o pretendido; - Relativamente à área da saúde, nomeadamente, quanto à questão do COVID, informou que até à presente data, seja em apoios, ou seja em isenções, os custos já atingiram 741.120,93 €. Esclareceu que, ao nível das isenções concedidas, nomeadamente, relativas a feiras, terrados, mercados, parcómetros e lojas, o valor concedido ronda os 147.000,00 € e que, no que respeita a apoios concedidos às instituições, às Juntas de Freguesia, para compra de EPIS, em descontos no tarifário

por parte da INOVA mas pagos pela Câmara, ao apoio às famílias carenciadas, ao transporte escolar que teve que aumentar, aos testes rápidos, o valor ascende a 593.865,51 €. Acrescentou que, perante estas verbas, não sabe ainda o que vai acontecer com o próximo orçamento, uma vez que são verbas substanciais e que eram de todo imprevisíveis e solicitou que a Sr.ª Vereadora Célia Simões pudesse, de seguida dar uma explicação mais completa; - Finalmente, relativamente à unidade móvel para a área da saúde, informou que a mesma irá facilitar na questão dos postos de enfermagem, no sentido de uma maior proximidade com o utente, mas com uma ligação às suas informações médicas, para que não fique ali um ato de enfermagem velado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª Vereadora Célia Simões, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que:

- Nas reuniões tidas na ARS com a Dr.ª Rosa Monteiro, a Dr.ª Rosa Reis Marques, o Dr. José Luís Biscaia e o Dr. João Rodrigues, foi informada que existia no BIOCANT uma sala completamente equipada e com as temperaturas adequadas para armazenar e guardar as vacinas, por um período de tempo longo, tendo sido solicitado informações sobre o que seria necessário para se poderem organizar melhor, de acordo com as necessidades de armazenamento das mesmas. Acrescentou que, até à data, não foi necessária, mantendo-se aquele espaço disponível, porque como a vacinação iniciou logo que chegaram as vacinas, não foi necessário um local para serem guardadas naquelas condições;
- Relativamente à colaboração do Município em tudo o que foi necessário, confirmou que, desde o dia 16 de março, foi disponibilizado tudo o que foi pretendido de modo a que a população do concelho se sentisse mais confortável perante a pandemia;
- Relativamente à unidade móvel, informou que a mesma chegará no dia 7 de janeiro, no entanto, não se sabe se a

mesma já vem equipada com material ou com equipamentos. Acrescentou que a ARS se disponibilizou para equipar com o que fosse necessário, sendo que, relativamente aos recursos humanos, possivelmente serão da responsabilidade do Município, bem como a manutenção da própria viatura, desde gasóleo a seguros; - Relativamente ao que foi o esforço da Ação Social, informou que o projeto CLDS, composto por 4 pessoas, não tem parado desde o dia 16 de março, independentemente de ser fim de semana, de ser feriado ou de ser o que for. Acrescentou que, sempre que foi referenciado ou que se tenha de alguma forma identificado algumas necessidades de pessoas, estiveram e estarão presentes para ajudar, lutando e recorrendo à rede social para que ninguém fique mal. Recordou que, com o início da pandemia, foram desenvolvidos vários serviços, começando pela rede social onde foi veiculada toda a informação da DGS e da Segurança Social, por forma a dar suporte às atuações das IPSS do concelho, que dela necessitava e ajudaram a fazer modelos de planos de contingência, que foram adequados e readaptados a cada nova situação. Referiu que, através da equipa de intervenção em situações de exceção, que já existia e foi acionada conforme já referiu no dia 16 de março e se mantém ativa, nos últimos 15 dias foram envolvidas várias viaturas durante os dias inteiros de serviço. Recordou a existência da linha direta, com um contacto que foi divulgado nas redes sociais do Município e não só, e que atende continuamente perante o que é pedido ou referenciado pelas Juntas de Freguesia ou por quem quer que seja, até pela Delegada de Saúde, durante o fim de semana, tal como aconteceu no dia 24 de dezembro; - Relativamente ao Banco de Recursos Colmeia, equipamento social municipal, informou que o mesmo ainda não retomou ao seu funcionamento normal porque, no momento, está a funcionar apenas com 2 pessoas. Recordou que aquele equipamento recolhe materiais doados desde vestuário, têxtil lar, acessórios,

calçados, brinquedos, mobiliário, equipamento doméstico e eletrodoméstico, entre outros, sendo de seguida redistribuídos por quem deles necessita; - Relativamente às famílias que beneficiam dos bens do PANC, que eram 68 e passaram a ser 136, ficaram com as suas necessidades alimentares superadas no mínimo em 50% do que precisam. Ressalvou a união e o esforço coletivo daquelas famílias em partilhar o que rececionavam, no sentido de ajudar o outro, o que tem sido uma mais-valia no concelho; - Relativamente à linha de apoio recordou que a mesma não é só para entrega de alimentos ou de medicamentos, mas serve ainda como uma linha de apoio às pessoas mais isoladas e que precisam de esclarecimentos ou que alguém as ouça. Serve também como articulação direta com os parceiros sociais, designadamente, as Juntas de Freguesia e as IPSS, para uma resposta urgente a situações de vulnerabilidade ou de emergência, como por exemplo, a receção do RSI para remessa à Segurança Social, agendamentos nos diversos serviços públicos, nomeadamente, Segurança Social, Finanças ou Conservatórias do Registo Civil, sobretudo a pessoas idosas, que se encontram isoladas, muitas vezes sozinhas e que não conseguem fazer certas coisas de forma independente. Concluiu que a equipa da CLDS tem feito aquele tipo de acompanhamento e ajuda as pessoas em tudo o que é necessário, no âmbito do que acabou de referir; - Em termos da análise dos dados, informou que, nos últimos 10 meses foram rececionados 779 novos pedidos; - Ao nível do apoio do Regulamento Municipal de Apoio às Famílias em Situação de Extrema carência económica, informou terem sido apoiadas 22 famílias; - Relativamente ao Cartão ABEM, respeitante a medicamentos gratuitos, comparticipados pela Câmara e pela Associação Dignidade, foram distribuídos 50 cartões e encontram-se 5 processos a aguardarem análise, sendo que ainda há a possibilidade de atribuir mais 19 cartões; - Relativamente ao incentivo à natalidade, entraram, nesta altura de pandemia, 147

requerimentos; - Foram distribuídos mais de 200 cabazes de Natal, adquiridos no comércio local. Acrescentou que, como a estimativa de preço era mais elevada, porque no comércio local os preços não são exatamente iguais, e como existia uma obrigatoriedade de respeitar a lista de encomendas para cada um dos cabazes, os mesmos foram acrescentados pelas Juntas de Freguesia, pela Adega Cooperativa de Cantanhede, pela APPACDM e por pessoas individuais, dando assim às pessoas a hipótese de ter um Natal bem mais agradável, bem mais acolhedor; - Relativamente à saúde, recordando já ter falado da BIOCANT e das vacinas, acrescentou que relativamente aos EPI'S distribuídos a quem tinha mais necessidade, as mesmas já se encontram a acabar, sendo que, ainda na presente data saíram mais de 1000 máscaras só na parte da manhã. Referiu que ainda os testes serológicos foram também feitos a quem os solicitou, nomeadamente, as IPSS, a GNR, os Bombeiros, numa fase inicial, e de seguida a quem entendeu que os deveria fazer, tais como algumas pessoas do comércio local que se sentiram inseguras e quiseram ficar mais tranquilas relativamente aos contactos que tinham tido. Finalizou a sua intervenção informando que todas as medidas que foram tomadas pelo Município, tiveram um custo que ascendeu a 741.000,00 €. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual, referindo-se à intervenção do Sr. Rogério Marques, afirmou que, em relação às políticas de comunicação do PS, com ou sem utilização das redes sociais, isso apenas diz respeito aos elementos da bancada do PS, e não aos do PSD. Acrescentou que as intervenções são do PS, sendo aquela a sua forma de comunicar, podendo existir opiniões acerca delas, no entanto, considera que a preocupação não se deveria focar na forma como o PS comunica, mas sim no assunto que foi comunicado. Acrescentou que a questão era muito simples, questão essa já

respondida pela Sr.ª Presidente da Câmara, sendo certo que ninguém se sentiria confortável, se mais algum ciclista caísse novamente naquela rua. Relativamente às reuniões citadas, informou ainda que, na reunião de 20 de outubro, o Sr. Vereador, José Santos, propôs à Câmara Municipal a utilização de uma dupla ranhura.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu de novo a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual esclareceu ter encontrado uma publicação privada da Sr.ª Ana Margarida Maia numa rede social a qual, posteriormente, foi utilizada pelo Partido Socialista. Acrescentou que, efetivamente, a comunicação do Partido Socialista é da sua responsabilidade, mas não há dúvidas que, se existe alguma situação de potencial perigo para os peões, tanto os elementos da Assembleia como o Executivo estão recetivos em receber sugestões. Por esse facto e sabendo que o Partido Socialista já tinha dado várias sugestões e contributos para aquela obra, afirmou não perceber o porquê da Sr.ª Ana Margarida Maia não ter questionado diretamente a Sr.ª Presidente da Câmara sobre o assunto e o fez nas redes sociais.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o qual referiu-se a alguns assuntos abordados pela Dr.ª Diana Breda na sua intervenção, para reflexão e debates futuros, nomeadamente: - Que o futuro do Hospital Arcebispo João Crisóstomo fica garantido em termos financeiros devido a um protocolo celebrado com os Hospitais da Universidade de Coimbra para garantir os Cuidados Paliativos, quando essa é uma missão do Hospital e está plasmada no protocolo assinado em 2007. Recordou que já o Prof. Fernando Regateiro, há alguns anos, defendia a utilização do Hospital de Cantanhede para unidade de paliativos, retaguarda dos Hospitais da Universidade de Coimbra e, afirmou que assegurar um Hospital que pertence ao Sistema Nacional de Saúde e que está integrado através do Orçamento Geral do Estado sugere que, se tal não for garantido através de um protocolo, o

C

Hospital como se encontra iria abaixo, porque não tinha receitas; - Relativamente aos postos de enfermagem e ao facto de não poderem funcionar enquanto o ato de enfermagem não for supervisionado pelo Centro de Saúde, recordou que também consta do protocolo, e se não é cumprido, não cabe a responsabilidade à Câmara Municipal mas sim à entidade de saúde que tutela liminarmente aquela área, como seja o ACES, o Centro de Saúde ou da USF da zona geográfica onde está o posto de enfermagem, tal como acontece com os consumíveis que são colocados diretamente pelo Centro de Saúde ou pela ARS. Acrescentou que quem levantou essa questão foi a entidade que gere a saúde porque não quer os postos de enfermagem, por não ter mão sobre eles, mas também já estava previsto no Protocolo, faltando pôr em prática, talvez por falta de envelope financeiro; - Relativamente ao Jardim terapêutico, recordou um projeto feito pela Câmara há algum tempo, no qual o espaço e os equipamentos seriam utilizados para a convalescença dos doentes, na altura em que foi iniciada a unidade de convalescença da Santa Casa da Misericórdia, mas que também seria destinado a ser um jardim público nas imediações do Hospital e do Centro de Saúde. Recordou de seguida que, nessa altura, a Direção Geral do Património e Finanças, pediu cento e tal mil euros para que a Câmara pudesse usar aquele espaço, quando o que estava em cima da mesa era tão-somente um protocolo de utilização e fruição pública. Reforçou que a Câmara iria gastar dinheiro numa propriedade que é da Santa Casa da Misericórdia, mas tem de haver protocolo para uma fruição pública de um terreno que serviria não só o Hospital e os seus utentes, mas também a própria população que vive em Cantanhede que quisesse usar aquele parque. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, o qual, após cumprimentar todos os presentes

C

na sessão, felicitou o Sr. Enf.º Vitor Rua pelo novo cargo que ocupa no ACES, pois de facto, é enfermeiro há muitos anos, sempre no concelho e é competente para o cargo que está a desempenhar ou para qualquer outro cargo. Por isso, desejou-lhe as maiores felicidades no desempenho do novo cargo e felicitou o Partido Socialista por finalmente, depois de muitos anos e de muitas jogadas palacianas, lhe ter dado aquela oportunidade, que bem merece. De seguida, felicitou a Junta de Freguesia da Tocha por ter retirado os seus vencimentos para comprar uma máquina de lavar para a Unidade de Saúde Progresso e Vida da Tocha, porque a Administração Regional de Saúde não tinha dinheiro, nem para a reparação da máquina, nem para a aquisição de outra máquina nova, nem dava um prazo para que aquelas máquinas pudessem entrar em funcionamento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Artur Carvalhinho, o qual informou que iria transmitir as preocupações plasmadas pelo Sr. Presidente da Mesa, apesar de ter tido oportunidade de as ter colocado no início da sessão, a quem de direito, porque foi dada oportunidade de questionar. Acrescentou ainda que as dúvidas enunciadas poderão ser colocadas na próxima reunião presencial, em sede própria e com quem de direito.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia. -----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Arquiteto Gonçalo**

3

**Ribeiro Telles», que a seguir se transcreve:** "No passado dia 11 de novembro, faleceu em sua casa, em Lisboa, aos 98 anos, o arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, referência maior do paisagismo e percussor da ecologia e do ambientalismo em Portugal, tendo-se batido abnegadamente por estas causas desde muito cedo, bem antes da tentativa de apropriação que delas tentaram fazer certos setores ideológicos. Gonçalo Ribeiro Telles nasceu em Lisboa no dia 25 de maio de 1922 e licenciou-se em Engenharia Agrónoma pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, onde mais tarde se viria a formar em Arquitetura Paisagista. A sua atividade profissional começou na Câmara Municipal de Lisboa, inicialmente como técnico de departamento de Arborização e Jardinagem e a partir de meados da década de 1950 como arquiteto paisagista no recém-criado Gabinete de Estudos de Urbanização. Autor do projeto dos jardins da Fundação Calouste Gulbenkian, com António Viana Barreto, pelo qual recebeu o Prémio Valmor de 1975, assinou os estudos definidores das estruturas verdes principais e secundárias da área metropolitana de Lisboa, entre os quais o de Vale de Alcântara e da Radial de Benfica, do Vale de Chelas, do Parque Periférico, do Corredor Verde de Monsanto e da Integração na Estrutura Verde Principal de Lisboa da Zona Ribeirinha Oriental e Ocidental. São também da sua lavra os projetos do espaço público do Bairro das Estacas, em Alvalade, os jardins da Capela de São Jerónimo, no Restelo, a cobertura vegetal da colina do Castelo de São Jorge e o Jardim Amália Rodrigues, junto ao Parque Eduardo VII, entre outros. Assumidamente católico e monárquico, Gonçalo Ribeiro Telles fundou e presidia Juventude Agrária e Rural Católica (JAC), bem como o Movimento dos Monárquicos Independentes (MMI) e o Movimento dos Monárquicos Populares, em ambos os casos de oposição ao Regime do Estado Novo. No final da década de 1950, foi apoiante da candidatura presidencial de Humberto Delgado,

integrou a Comissão Eleitoral Monárquica (CEM) e, em 1971, ajudou a fundar o Movimento Convergência Monárquica. Depois do 25 de abril, fundou o Partido Popular Monárquico (PPM), que viria a fazer parte da Aliança Democrática, com o PSD de Francisco Sá-Carneiro e o CDS de Freitas do Amaral, e foi eleito deputado à Assembleia da República em 2 de dezembro de 1979, tendo sido um dos principais promotores da inscrição do Artigo 66.º da Constituição, o que refere que “todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”. Na sequência das eleições, desempenhou o cargo de ministro do Estado e da Qualidade de Vida do VIII Governo Constitucional, de 1983 a 1985, e foi nessa qualidade que lançou as bases de uma política nacional de ordenamento do território e criou a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional. Antes disso, tinha sido já subsecretário de Estado do Ambiente nos I, II e III Governos Provisórios formados na sequência do 25 de Abril. Fundador do MPT - Movimento Partido da Terra, Gonçalo Ribeiro Telles recebeu em 2013 o prémio Sir Geoffrey Jellicoe, considerado o Nobel da arquitetura paisagista, e em Portugal foi condecorado com a Grã-Cruz de Cristo (1988), a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade (1990) e a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique (2017). De espírito livre e sempre jovem, foi mestre do paisagismo e o maior ativista português das causas da ecologia, do ambientalismo, do ordenamento do território, áreas em que foi o grande pedagogo de sucessivas gerações, no âmbito de uma intervenção cívica de reconhecida relevância social e cultural. A este propósito, é oportuno lembrar o que sobre ele escreveu uma das suas mais destacas discípulas, a arquiteta Helena Roseta, num artigo publicado no jornal Público em 25 de maio de 2020, dia em que Gonçalo Ribeiro Telles completou 98 anos: “Capaz de aliar um profundo conhecimento e amor pela natureza aos seus ideais democráticos e de justiça social, ensinou-nos a todos a importância

de respeitar os equilíbrios físicos e biológicos dos territórios". Aquando da sua morte, o Presidente da República assinala "o legado alcançado por poucos", sublinhando o quanto Gonçalo Ribeiro Telles era "respeitado humana, profissional e politicamente por amigos, colegas e adversários, e pelos portugueses em geral". O relevo do seu legado já foi reconhecido em luto nacional e em voto de pesar unanimemente aprovado na Câmara Municipal de Cantanhede. Perante a fatalidade do falecimento do arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede propõe a aprovação de um sentido e respeitoso Voto de Pesar, invocando para o efeito a amplamente reconhecida e distinguida herança que deixa aos portugueses enquanto acérrimo defensor das causas da ecologia, do ambientalismo e do ordenamento do território, bem como o valor da sua intervenção política e cívica na defesa da justiça e dos princípios democráticos."-----

----- O Sr. Presidente da mesa, João Moura, informou que os serviços informáticos implementaram um software para se poder fazer a votação, de forma digital e secreta, pelo que solicitou que fossem disponibilizados via e-mail a todos os Membros da Assembleia, o acesso à votação. Esclareceu, de seguida que, a votação é anónima, embora se consiga saber quantas pessoas votaram, e que, constarão as três formas de votação, nomeadamente, a favor, contra ou abstenção.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação, por escrutínio secreto eletrónico, a **proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles**, subscrita por todos os Membros da Assembleia Municipal, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 30 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Alcides Pinheiro dos**

**Santos Marralheiro**», do seguinte teor: *“Alcides Pinheiro dos Santos Marralheiro nasceu a 17 de Outubro de 1948, em Marvão, à data pertencente à freguesia de Covões e atualmente da União de Freguesias de Covões e Camarneira. Casado e pai de um filho. Concluiu o 5.º ano e ingressou na Marinha como 2.º “Grumete, na especialidade de Eletricista”, saindo como 2.º “Marinheiro, na especialidade de Eletricista”. Após ter saído da Marinha, emigrou para a Venezuela, no ano de 1970, tendo regressado a Portugal no ano de 1979, conhecendo bem a complexa realidade da emigração. Em termos profissionais esteve sempre ligado à agricultura, tendo manifestado sempre uma enorme sensibilidade para a realidade do sector primário, sendo que na sua intervenção política, através dos vários lugares que ocupou, era um porta-voz das preocupações e problemas dos agricultores do concelho. Com uma intervenção cívica e política ao nível da freguesia muito activa, marcada pela dedicação, entrega, empenho, trabalho, tinha a convicção que a participação na vida política era uma forma de contribuir para o desenvolvimento e crescimento económico do concelho. Em 13 de Março de 1985, integra a vida partidária no CDS-PP, tendo sido militante até 1 de Setembro de 1998, continuando depois como independente integrando as listas do PSD. Foi membro da Assembleia Municipal de Cantanhede nos mandatos 1990-1993, 1998-2001, 2002-2005 e 2005-2009, que correspondem ao exercício de três diferentes Presidentes da Câmara. Durante toda a sua vida política, pautou a sua intervenção na defesa da democracia, dos princípios e valores e direitos humanos, na defesa dos problemas e preocupações dos agricultores do Concelho. Procurou sempre apoiar/ajudar, de forma altruísta, gratuita e voluntária, os munícipes e fregueses que com ele privaram momentos profissionais ou pessoais. Muito identificado com as grandes referências identitárias da freguesia da Covões, demonstrou desde sempre a sua vitalidade em termos associativos, bem patente na*



*participação e dinamização em diversas coletividades da freguesia. Assim, para além da vida política, o Sr. Alcides Marralheiro lutou empenhadamente para ver nascer, na sua freguesia, na sua terra, associações de enorme valor humano e com potencial de desenvolvimento social e cultural na então freguesia de Covões. Foi bastante ativo no que diz respeito ao associativismo. Foi um dos fundadores do Centro Social PRODECO, acompanhando os primeiros passos da Instituição, através da Associação "Liga de Melhoramentos da Freguesia de Covões", juntamente com outras pessoas de notável valor humano que lutaram por ver nascer e crescer um centro social naquela freguesia, dando origem, mais tarde, através de escritura pública, à IPSS PRODECO - Progresso e Desenvolvimento de Covões. Esteve na Direção do Centro Social PRODECO, nos mandatos dos Presidentes Dr. Paulo de Oliveira, Dra. Filomena Miraldo, bem como Comandante Alípio Barbosa Miraldo até ao ano de 2019. Por motivos de saúde, não conseguiu dar continuidade à sua dedicação a esta nobre causa e à missão de ajudar esta Instituição de Solidariedade Social. Foi ainda um dos fundadores da Associação PRODEMA - Progresso e Desenvolvimento de Marvão, em setembro de 1996. Lutou e foi defensor da criação desta associação, com vontade de proporcionar aos jovens, idosos e emigrantes do lugar, condições para viverem e acolherem atividades recreativas, culturais e desportivas, assim como no combate à exclusão social, procurando sempre proporcionar o ambiente de convívio, progresso e desenvolvimento do lugar de Marvão. Exerceu cargos em vários mandatos de direção e restantes corpos sociais nesta Associação, desde a sua fundação e até ao ano de 2009. Exerceu ainda cargos diretivos na Filarmónica de Covões, uma das mais importantes, prestigiadas e antigas filarmónicas do país, uma referência concelhia e termos culturais, nos mandatos do Dr. Paulo Oliveira e Sr. Manuel Neto. Era sócio da Associação dos Filhos da Escola do Concelho de Cantanhede (Associação de*

*Marinheiros no Concelho de Cantanhede). Perante a fatalidade do falecimento do Sr. Alcides Pinheiro dos Santos Marralheiro, ocorrida no passado dia 2 de Dezembro, propõe-se a aprovação de um sentido e respeitoso Voto de Pesar, invocando o valor da sua intervenção política, cívica, social e associativa em prol da Freguesia de Covões e do Concelho de Cantanhede, e de forma reconhecida prestar a devida homenagem desta Assembleia que ele integrou durante quatro mandatos.*"-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual informou ter tido o privilégio de conhecer o Sr. Alcides Marralheiro, e ser real o espírito de entrega que é narrado no voto de pesar, tendo testemunhado essa entrega enquanto membro da Sociedade Filarmónica dos Covões, como também através da PRODECO ou através de outras situações que foram narradas. Referiu ainda que o Sr. Alcides Marralheiro era um verdadeiro exemplo de cidadania.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que a votação seria efetuada nos mesmos moldes da anterior, por via eletrónica.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação, por escrutínio secreto eletrónico, a **proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Alcides Pinheiro dos Santos Marralheiro**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Doutor Eduardo Lourenço», do seguinte teor:** "No passado dia 1 de dezembro, morreu em Lisboa, aos 97 anos, Eduardo Lourenço, filósofo, académico e ensaísta com vasta obra publicada, muita dela sobre a portugalidade e o sentimento de ser português. Nascido a 23 de maio de 1923, em S. Pedro de Rio Seco, concelho de Almeida, era o mais velho de sete irmãos numa família que no início da década de 1930 se mudou para a

Guarda, onde iniciou estudos liceais, que viria a concluir no Colégio Militar de Lisboa. Ingressou depois na Universidade de Coimbra, onde se licenciou em Ciências Histórico-Filosóficas, em 1946, após o que se tornou assistente da Faculdade de Letras entre 1947 e 1953, período em que publicou o seu primeiro livro, *Heterodoxia* (1949), que reúne uma parte da sua tese de licenciatura sobre *O Sentido da Dialéctica no Idealismo Absoluto*. Em 1949, realizou um estágio na Universidade de Bordéus, com uma bolsa do Programa Fulbright, e a partir de 1958 exerceu as funções de Leitor de Língua e Cultura Portuguesa nas Universidades de Hamburgo, Heidelberg e Montpellier, a que se seguiu a regência da disciplina de Filosofia na Universidade Federal da Baía, na qualidade de professor convidado. Ocupou depois o lugar de Leitor a cargo do Governo francês nas Universidades de Grenoble e de Nice, tendo desempenhado nesta última o cargo de Maître-Assistant e depois de Maître de Conférences, que manteve até à sua jubilação, no ano letivo de 1988-1989. Crítico e ensaísta literário, virado predominantemente para a poesia, assinou ensaios de referência, como *Presença ou a Contra-Revolução do Modernismo Português? Ou o estudo sobre o neorrealismo intitulado Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista* (1968). Viria a aproximar-se da modernidade na obra de Fernando Pessoa, a propósito do qual escreveu *Pessoa Revisitado* (1973) e *Fernando Rei da Nossa Baviera* (1986). Em 1989, assumiu as funções de conselheiro cultural junto da Embaixada Portuguesa em Roma, até 1991, e desde 1999 era administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. O Centro de Estudos Ibéricos instituiu em sua homenagem o Prémio Eduardo Lourenço, atribuído desde 2005 e destinado a agraciar personalidades ou instituições com intervenção relevante no âmbito da cultura, da cidadania e da cooperação ibéricas, e a Universidade de Bolonha criou, em 2007, a Cátedra Eduardo Lourenço de História da Cultura Portuguesa. Autor de

*mais de 40 livros, foi distinguido com o Prémio Camões, em 1996, com o Prémio Europeu de Ensaio Charles Veillon, em 1988, com o Prémio Virgílio Ferreira, em 2001, e com o Prémio Pessoa, em 2011, e foi condecorado várias vezes pelos Estados português e francês. Era Grande Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, de que também possuía a Grã-Cruz, assim como da Ordem do Infante D. Henrique e da Ordem da Liberdade; e Oficial da Ordem Nacional do Mérito, Cavaleiro da Ordem das Artes e das Letras e da Legião de Honra de França. Em 2020, o Governo francês atribuiu-lhe o Prémio de Divulgação da Língua e Literatura Francesas, destinado "a personalidades francesas ou estrangeiras que tenham prestado serviços excepcionais à divulgação da língua e da literatura francesa". Era Doutor Honoris causa pelas universidades de Coimbra, Nova de Lisboa, Bolonha e Rio de Janeiro e desde 2016, integrava o Conselho de Estado por escolha pessoal do Presidente da República, que a propósito da sua morte em 1 de dezembro realçou a "coincidência simbólica" de "o maior pensador sobre Portugal vivo" ter morrido no dia da Restauração da Independência. "Portugal está-lhe muito, muito grato. Foi praticamente um século de serviço à nossa pátria", disse o mais alto magistrado da Nação, sobre o filósofo que "escreveu sempre sobre Portugal, sobre o que é Portugal, sobre a história de Portugal, o que é ser português, qual é a nossa identidade, o que significamos hoje e no futuro e toda a vida foi verdadeiramente dedicada a pensar sobre Portugal". O relevo do seu legado já foi reconhecido em luto nacional e em voto de pesar unanimemente aprovado na Câmara Municipal de Cantanhede. Perante a fatalidade do falecimento do arquiteto Eduardo Lourenço, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede propõe a aprovação de um sentido e respeitoso Voto de Pesar, invocando para o efeito o amplamente reconhecido valor intelectual da sua obra enquanto pensador da portugalidade e do modo de ser português, bem como o*

alcance da sua intervenção política e cívica na defesa da cultura, da justiça e da democracia."-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que a votação seria efetuada nos mesmos moldes da anterior, por via eletrónica.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação, por escrutínio secreto eletrónico, a **proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Doutor Eduardo Lourenço**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de Voto de Pesar pelas vítimas Covid-19»**, do seguinte teor: "A rápida disseminação do Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave - 2 (SARS-CoV-2), vulgarmente conhecido por novo coronavírus e responsável pela doença Covid-19, iniciou-se no final de 2019 e no início de Março já se tinha disseminado pelos principais continentes, o que levou a Organização Mundial de Saúde a qualificar a emergência de saúde pública já então existente como uma pandemia. A progressão continuou rapidamente, quer no que refere à dispersão geográfica (tendo sido atingidos quase todos os países do mundo), quer no que se refere à dispersão numérica (com sucessivos recordes de casos e vítimas a serem sucessiva e sistematicamente batidos em diversas zonas). A globalização dos efeitos pandémicos verifica-se não apenas no que concerne à proliferação da doença, mas também nas profundas e graves consequências económicas, sociais, laborais e empresariais, que decorrem sobretudo da sobrecarga dos sistemas de saúde e da adoção de medidas tendentes a minimizar ou impedir a transmissão do vírus. Estes impactos verificam-se em Portugal pela implementação de respostas e medidas como restrições à circulação e às atividades económicas, sociais e culturais, entre outras,

*num cenário que também foi adotado por muitos dos principais países europeus. A situação da pandemia da doença COVID-19 é de tal maneira fluida, que continua e a evoluir constantemente e necessitar de permanente avaliação. Sem prejuízo e como em qualquer patologia mortal, há uma coisa que permanece inalterada: os mais afetados são aqueles que partem precocemente e os que lhes são próximos, nomeadamente todos quantos perderam familiares, amigos e colegas, assim como as comunidades e organizações que se viram privadas de valorosos membros. O próprio país perde parte importante das suas memórias e do seu conhecimento, com toda uma geração em risco. Note-se que a meio de Dezembro, o número total de casos registado a nível global ultrapassa os 70 milhões de infetados, de entre os quais há a lamentar 1,6 milhões de mortos. Em Portugal, mais de 350 mil cidadãos foram atingidos diretamente pela doença e lamentam-se cerca de 5400 vítimas mortais, dos quais mais de 7 centenas de casos e mais de uma dezena de mortos são no Município de Cantanhede, distribuídos por metade das freguesias. A gravidade da situação já levou a que fosse decretado um dia de luto nacional, como forma de manifestar coletivamente o pesar e a solidariedade de toda a população. Não podendo ser indiferente a tudo quanto se passa à sua volta, à doença, às suas consequências, às suas vítimas, a Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede expressa o seu profundo pesar pelas vítimas mortais desta pandemia no mundo, no país e no concelho de Cantanhede e manifesta de uma forma sentida e solidárias, os mais sentidos pêsames a todos quantos se encontram enlutados pela perda de familiares e pessoas próximas."*-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual informou que o voto de pesar pelas vítimas de COVID-19 vai ser subscrito pelas bancadas do PSD e do PS.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que a votação seria efetuada nos mesmos moldes da anterior, por via eletrónica e sugeriu que todos os pontos seguintes do Edital da presente Assembleia Municipal fossem votados pelo mesmo sistema, ao que nenhum dos Membros presentes se opôs.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação, por escrutínio eletrónico, a **proposta de Voto de Pesar pelas vítimas Covid-19**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de Voto de Louvor e Reconhecimento aos agentes e entidades que estão na linha da frente do combate ao Covid-19 no Concelho de Cantanhede», do seguinte teor:** *“A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede propõe a aprovação de um voto de louvor e reconhecimento a todas as entidades e pessoas que, no concelho de Cantanhede, não têm regateado esforços para combater a pandemia que tem assolado o país: - Aos médicos, enfermeiros e aos demais profissionais de saúde dos serviços de Saúde do concelho de Cantanhede, pelo esforço abnegado com que têm enfrentado esta crise epidemiológica, com sacrifício e empenho pessoal, pondo em perigo a sua saúde e a dos seus familiares, procurando muitas vezes suprir a falta de meios e de recursos com que se debatem; - Aos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, pela resposta pronta que têm dado a todas as solicitações e ocorrências associadas a esta crise e pelo assinalável altruísmo dos operacionais mais expostos aos riscos de contágio; - À GNR, pelo indispensável suporte que têm dado a todas as ações desencadeadas no Município de Cantanhede para assegurar o controlo da situação epidemiológica e pela forma como tem procurado responder às muitas solicitações; - Às IPSS, pelo modo diligente como adotaram as medidas preventivas recomendadas pela Direção Geral da Saúde,*

como se têm adaptado para proporcionar condições aos cidadãos com especial vulnerabilidade e pela inextinguível cooperação em todo o processo de combate à pandemia. - À Câmara Municipal, enaltecendo a quantidade, qualidade, prontidão e assertividade das decisões que tomou para, em tempo útil, minimizar o alastramento dos contágios e mitigar o impacto económico e social no Município; - Ao Sistema Municipal de Proteção Civil, enaltecendo não só o modelo de organização adotado na agilização de processos tendentes a impedir a propagação do vírus, como também pela sua capacidade de intervenção nas situações daí decorrentes; - Às Juntas de Freguesia pelo apoio que têm dado às autoridades de saúde e ao Município, quer na implementação das medidas de prevenção e mitigação dos efeitos da pandemia, particularmente nas ações de ajuda a grupos populacionais mais vulneráveis, quer no reforço das condições de prevenção dos riscos de infeção; - À equipa municipal e multidisciplinar de emergência que tem estado diariamente no terreno, inclusive aos fins-de-semana, a realizar testes serológicos para despistagem de eventuais casos positivos de infeção por coronavírus, enaltecendo o espírito de missão e de serviço público com que tem cumprido essa exigente missão; - Aos demais funcionários da Câmara Municipal e da Inova-EM, pelo empenhamento com que cumpriram as orientações e diretivas emanadas do executivo camarário e do Conselho de Administração da empresa Municipal e também pelo interesse com que participaram nas iniciativas desencadeadas nesse âmbito; - À senhora Delegada de Saúde de Cantanhede que, apesar das enormes complexidades e dificuldades deste processo, manifestou sempre disponibilidade e espírito colaborativo na sua atuação no combate à propagação do COVID-19, em sintonia e em articulação com a Câmara Municipal e outras entidades; - Às escolas, direções, professores e demais funcionários, que perante os exigentes desafios do regresso às aulas presenciais, em condições

completamente adversas, conseguiram manter uma excelente articulação e comunicação com o município e a saúde, e souberam aplicar uma cultura preventiva, criar um ambiente de segurança e evitar alarmismos que contribuiu para a calma social e o sucesso educativo; - Aos empresários, agricultores, comerciantes, distribuidores e trabalhadores das áreas dos produtos alimentares e de outros bens essenciais, por terem conseguido assegurar uma cadeia de fornecimento contínua e sem grandes falhas; - Às empresas, filantropos e cidadãos anónimos que com voluntariado, ofertas ou benefícios souberam conciliar a sua resistência com uma enorme capacidade de mobilização solidária. De realçar, como tem sido elogiado pelas entidades da Saúde, a forma como desde o início da pandemia em Portugal, o Município de Cantanhede têm estado no terreno, antecipado cenários, apostando na prevenção e procurado suprir as insuficiências e as dificuldades de reposta aos mais diversos níveis, com custos muito significativos, atuando sempre com uma atitude diligente e pró-ativa na implementação das melhores soluções para mitigar a pandemia, e ajudar a ultrapassar a crise social e económica que se vem agravando. Pelo exposto, propomos um voto de louvor e reconhecimento aos agentes e entidades que estão na linha da frente do combate ao covid-19 no concelho de Cantanhede."---

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Carlos de Jesus, o qual informou que a proposta é subscrita pelas bancadas do PSD e do PS.-

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual referiu existir algum contrassenso no que foi dito no período antes da ordem do dia pelo Sr. Rogério Marques em relação à Delegada de Saúde de Cantanhede e o que consta da Declaração de Voto.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação, por escrutínio eletrónico, a **proposta de Voto de Louvor**

**e Reconhecimento aos agentes e entidades que estão na linha da frente do combate ao Covid-19 no Concelho de Cantanhede**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de suspensão do Plano de Pormenor da Zona Sul de Cantanhede e estabelecimento simultâneo de medidas preventivas»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que a proposta prende-se com a área ocupada pela atual Escola Técnico-Profissional de Cantanhede, com cerca de 2.483,00 m<sup>2</sup> e tem como principal objetivo, o aumento da respetiva capacidade construtiva face ao aumento expectável do número de alunos e, conseqüentemente, de turmas previstas para os próximos anos. Acrescentou que tal implica a necessidade de construção de novas salas de aula, bem como o alargamento de espaços de convívio, bar e refeitório, ampliações essas que não tem enquadramento nos atuais planos de pormenor da zona Sul de Cantanhede e no plano de Urbanização de Cantanhede. Recordou de seguida que, a Escola Técnico-Profissional é um equipamento educativo de enorme importância estratégica educativa do concelho que tem registado, ao longo dos anos uma procura crescente dos cursos técnico-profissionais que oferece, por um lado, aumentando a oferta educativa para as pessoas do concelho, e por outro lado, sendo uma forte atratividade para alunos de outros concelhos. Relativamente ao caráter excecional do presente pedido, informou justificar-se pela urgência dos prazos de execução da ampliação do edifício da escola técnico-profissional, uma vez que um procedimento de alteração ao instrumento de ordenamento do território jamais permitiria cumprir aqueles prazos, perdendo a escola a oportunidade de repensar as ofertas educativas e de poder

6

brevemente ter novos cursos. Informou ainda que a ampliação em causa prende-se também com um protocolo assinado entre a Escola Técnico-Profissional de Cantanhede e o Instituto Politécnico de Coimbra para a criação dos cursos técnicos superiores profissionais, que já se traduziu na abertura dum desses cursos. Acrescentou ser um procedimento normal e possível de utilizar do ponto de vista legal, que cumpre todos os requisitos e que tem em vista um planeamento do território mais flexível e ajustado às necessidades de evolução das condições que lhe estão subjacentes. Acrescentou ainda que o procedimento cumpre todas as regras, que a CCDRC já deu parecer favorável, e que após a aprovação pela Assembleia será publicado no Diário da República, entrando de seguida em vigor, quer a suspensão, quer as medidas preventivas.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de suspensão do Plano de Pormenor da Zona Sul de Cantanhede e estabelecimento simultâneo de medidas preventivas»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o **Ponto 8 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Requalificação do edifício da Junta de Freguesia»**, o **Ponto 9 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Construção de um telheiro na USF – Salus Vida Cadima»**, o **Ponto 10 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de anulação do subsídio atribuído à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Mercado de Cordinhã»**, o **Ponto 11 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Construção de sanitários no cemitério da**

Freguesia», o Ponto 12 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Requalificação da Lagoa dos Coadiçais», o Ponto 13 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Aquisição de carrinha», o Ponto 14 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas de funcionamento do Jardim de Infância do Corticeiro de Cima», o Ponto 15 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Construção do Parque Infantil e do Circuito de Manutenção, na União das Freguesias de Portunhos e Outil» e o Ponto 16 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio a várias freguesias / Aquisição de bens alimentares no comércio local / Cabazes de Natal», Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio a várias freguesias / cursos de educação extra-escolar ano letivo de 2019/2020», Ponto 18 - «Retificação da deliberação camarária de 16/06/2020 / Atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Aquisição de equipamento» e Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da minuta das Adendas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados entre o Município de Cantanhede e as Freguesias/Uniãos de Freguesias do Concelho para o ano de 2020 / Requalificação urbana na área das Freguesias», tratam de assuntos relacionados com às Juntas de Freguesia, pelo que solicitou que fossem explicados em conjunto, sendo, de seguida votados individualmente. Assim, após autorização do Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que: - No ponto 8, relativo à proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima destinado à Requalificação do edifício da Junta de Freguesia é proposto

um subsídio no valor de 16.850,00 €; - No ponto n.º 9, destinado à construção do telheiro na SALUSVIDA em Cadima, para a entrada da Casa do Povo, é proposto um subsídio no valor de 3.463,43 €, à Freguesia de Cadima, que avançou com a obra; - No ponto n.º 10, relativo à requalificação do mercado da Cordinhã, informou tratar-se da anulação de um subsídio que já foi atribuído porque, no âmbito de uma candidatura à ADELO, efetuada pelo Município e pelas Juntas de Freguesia da Tocha, de Cordinhã e de Ourentã, houve atraso na obra, não havendo por isso, do ponto de vista orçamental, necessidade do valor estar em orçamento. Esclareceu que, quando a obra iniciar, o subsídio voltará a ser atribuído; - No ponto n.º 11, respeitante à construção de sanitários no cemitério de Febres, a atribuição de um subsídio de 11.809,18 € para uma obra que custou à Junta de Freguesia, 39.363,93 €; - No ponto 12, também à Junta de Freguesia de Febres, para a requalificação da Lagoa dos Coadiçais, a atribuição de um subsídio no valor total da obra 3.916,32 €; - No ponto n.º 13, para a aquisição em sistema de leasing, por um período de 60 meses, de uma carrinha pela Junta de Freguesia da Sanguinheira, que custou 22.500,00 €, é proposto um subsídio de 6.750,00 €, sendo que o valor a pagar em 2020 de 847,31 €, disponibilizando o Município a restante verba à medida que vão caindo as rendas; - No ponto 14, relativamente à União de freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, recordou que o Jardim de Infância público tem as suas atividades na sede da Junta de Freguesia, pelo que os valores relativos à eletricidade, água e saneamento que são custeados pela Junta de Freguesia, devem ser suportados pelo Município, pelo que se propõe um subsídio no valor de 2.060,30 €; - No ponto 15, destinado à construção de um parque infantil e de um circuito de manutenção, para a União das Freguesias de Portunhos e Outil, a atribuição de um subsídio no valor de 20.601,91 €; - No ponto 16, destinado aos Cabazes de Natal sobre os quais já foi falado, um

subsídio total de 14.000,00 €, distribuído pelas Juntas de Freguesia do Concelho. Aproveitou para agradecer a todos os Presidentes de Junta pela forma como estiveram disponíveis para ir ao encontro das necessidades de todos, o que foi demonstrado pelo *feedback* das pessoas e dos comerciantes locais; - No ponto 17, recordou que a animação comunitária dos 23 Cursos Extraescolares continua a decorrer, os quais envolvem 300 inscrições, sendo o pagamento feito através, ou de associações locais, ou das Juntas de Freguesia. Informou de seguida que, relativamente às Juntas de Freguesia, será atribuído o valor de 12.650,00 €, de acordo com o número de cursos existentes, sendo distribuído da seguinte forma: Ançã – 1100,00 €, Cadima - 550,00 €, Febres – 1.650,00€, Murtede – 550,00 €, Ourentã – 550,00 €, Sanguinheira – 550,00 €, União das freguesias de Portunhos e Outil – 1.650,00 € e Freguesia de Sepins e Bolho – 1.650,00 €; - No ponto 18, uma correção relativa a uma deliberação de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha, nomeadamente, porque tinha sido atribuído um subsídio de 1.534,06 €, destinado à aquisição de uma varredoura. Esclareceu que o subsídio tinha sido atribuído para equipamentos destinados à varredoura e não para a varredoura em si, de acordo com os documentos enviados pela Junta de Freguesia. Aproveitou para agradecer ao Executivo da Junta de Freguesia da Tocha pela forma como se entregaram à necessidade manifestada pela USF, relativamente à falta do equipamento/máquina de lavar, que por sua conta e risco adquiriram; - No ponto 19, informou tratar-se de adendas aos contratos interadministrativos, porque além do que já estava acertado, alguns Presidentes de Junta fizeram algumas intervenções em áreas do domínio público municipal. Recordou que, neste caso não pode ser atribuído um subsídio, mas sim um contrato interadministrativo, uma vez que a propriedade é o Município. Acrescentou que, decorrente da proposta da adenda a efetuar, serão atribuídos à

Freguesia de Cadima pela execução de passeios 5.725,65 €, à Freguesia da Cordinhã, pela requalificação de uma rua 11.995,45 €, à Freguesia de Febres, pela Requalificação do Largo da Sanguinheira 10.082,19 €, à Freguesia de Murtede, pela requalificação da Travessa da Catraia 10.000,00 €, à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, pela requalificação da Rua da Fonte, na Póvoa da Lomba 20.456,53 € e à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, pela requalificação do largo de Vilamar 9.443,94 €; - Relativamente ao ponto 20 informou tratar-se da minuta dos contratos interadministrativos para 2021, com os valores idênticos aos que foram deliberados para o ano anterior. Acrescentou que, se alguma Juntas de Freguesia executar mais algum tipo de obras já pensadas, na Assembleia de fevereiro, poderá ser presente essa alteração, não ficam inibidos de poder avançar já com algumas obras. Recordou, de seguida os valores acertados foram os seguintes: Freguesia de Ançã - 35.000,00 €, Freguesia de Cadima – 33.000,00 €, União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça – 30.000,00 €, Freguesia de Cordinhã – 20.000,00 €, União das Freguesias de Covões e Camarneira – 34.310,00€, Freguesia de Febres – 25.000,00 €, Freguesia de Murtede – 17.000,00 €, Freguesia de Ourentã - 17.500,00 €, União das Freguesias de Portunhos e Outil – 22.500,00 €, Sanguinheira – 10.000,00€, Freguesia de S. Caetano – 10.000,00 €, Freguesia de Sepins e Bolho – 16.500,00 €, Freguesia de Tocha – 31.000,00 €.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 8** – «**Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Requalificação do edifício da Junta de Freguesia**», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Construção de um**

5

**telheiro na USF – Salus Vida Cadima»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Construção de um telheiro na USF – Salus Vida Cadima»,** tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de anulação do subsídio atribuído à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Mercado de Cordinhã»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Cordinhã, José Carlos Póvoa dos Santos, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que as obras no mercado de Cordinhã já estão a ser executadas, tendo atrasado um pouco devido à pandemia. No entanto, como não podia ficar aquele dinheiro disponível, a Junta de Freguesia entendeu que devia passar para o ano seguinte. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de anulação do subsídio atribuído à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Mercado de Cordinhã»,** tendo este sido aprovado por unanimidade».-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Construção de sanitários no cemitério da Freguesia»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Carlos Alves, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, esclareceu que o apoio concedido destina-se, no âmbito da requalificação de duas capelas que estão na entrada do cemitério, à construção de umas casas de

banho dentro das mesmas, com as devidas acessibilidades, e ainda, à requalificação das já existentes.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Construção de sanitários no cemitério da Freguesia»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Requalificação da Lagoa dos Coadiçais»**.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Requalificação da Lagoa dos Coadiçais»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Aquisição de carrinha»**.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Aquisição de carrinha»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas de funcionamento do Jardim de Infância do Corticeiro de Cima»**.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas de funcionamento do Jardim de Infância do Corticeiro de Cima»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Construção do Parque Infantil e do Circuito de Manutenção, na União das Freguesias de Portunhos e Outil»**.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Construção do Parque Infantil e do Circuito de Manutenção, na União das Freguesias de Portunhos e Outil»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio a várias freguesias / Aquisição de bens alimentares no comércio local / Cabazes de Natal»**.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio a várias freguesias / Aquisição de bens alimentares no comércio local / Cabazes de Natal»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio a várias freguesias / cursos de educação extra-escolar ano letivo de 2019/2020»**.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto**

17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio a várias freguesias / cursos de educação extra-escolar ano letivo de 2019/2020», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 18 - «Retificação da deliberação camarária de 16/06/2020 / Atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Aquisição de equipamento».-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 18 - «Retificação da deliberação camarária de 16/06/2020 / Atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Aquisição de equipamento», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da minuta das Adendas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados entre o Município de Cantanhede e as Freguesias/Uniões de Freguesias do Concelho para o ano de 2020 / Requalificação urbana na área das Freguesias».-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da minuta das Adendas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados entre o Município de Cantanhede e as Freguesias/Uniões de Freguesias do Concelho para o ano de 2020 / Requalificação urbana na área das Freguesias», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e as freguesias do Concelho, para o ano de 2021 / Requalificação Urbana».-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e as freguesias do Concelho, para o ano de 2021 / Requalificação Urbana»**, por unanimidade. -----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar com a Freguesia da Tocha para Gestão da Exploração do Mercado Municipal da Praia da Tocha e do Bar/Restaurante do Largo do Mercado na Praia da Tocha»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, com as delegações de competências para as Juntas de Freguesia, há a possibilidade de fazer transições, como por exemplo de cemitérios, de mercados ou de bares. Assim, em articulação com a Junta de Freguesia da Tocha foi decidido celebrar um contrato interadministrativo para a cedência, gestão e exploração do Mercado Municipal da Praia da Tocha e do bar / restaurante do Largo do Mercado da Praia da Tocha. Informou, de seguida que o mercado da Praia da Tocha é formado por um conjunto de 17 lojas, zonas para agricultores, praça envolvente e sanitários públicos. Acrescentou que naquelas lojas vendem roupas, artigos desportivos, pronto-a-vestir, tapeçarias, artesanato, artigos de praia, carne, peixe fresco, frutas e legumes, pão, bolos, artigos de música, etc... Referiu ainda que a transferência será feita após vistoria conjunta da Câmara e da Junta de Freguesia, para se poderem fazer algumas correções de anomalias que poderão existir.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto**

C

21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar com a Freguesia da Tocha para Gestão da Exploração do Mercado Municipal da Praia da Tocha e do Bar/Restaurante do Largo do Mercado na Praia da Tocha», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção do pagamento de rendas correspondentes aos 2.º, 3.º e 4.º trimestres de 2020 aos concessionários dos equipamentos municipais»,-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que se trata de uma proposta de isenção do pagamento das rendas aos concessionários dos equipamentos municipais, correspondentes aos 2.º, 3.º e 4.º trimestre de 2020, não incluindo as isenções dos terrados da feira quinzenal que já foram deliberados anteriormente. Acrescentou que, a isenção proposta tem a ver, essencialmente, com as rendas de setembro a dezembro das lojas do Mercado Municipal de Cantanhede, do mercado municipal da Praia da Tocha, do Bar Quiosque do Largo de São Mateus, do Bar/Restaurante do Largo da Praia da Tocha, da Praia Fluvial dos Olhos da Fervença e do Bar do Parque de Campismo da Praia da Tocha. Informou ainda que a isenção do pagamento de rendas das concessões relativas ao 2º, 3º e 4º trimestre de 2020, corresponde a 9 meses e perfaz o valor de 78.476,67 €, indo ao encontro de todas as iniciativas e medidas de apoio ao comércio, ao pequeno comércio e, sobretudo à área dos bares e da restauração, o que acredita uma boa ajuda para aqueles comerciantes.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. José Carlos de Jesus, o qual saudou a decisão tomada, na linha de outras, pelo que, em nome da bancada do PSD aplaudiu a proposta que evidência a postura do Município

ante as inusitadas dificuldades que a pandemia trouxe ao mundo e também ao concelho. Acrescentou que a aprovação da medida em causa será um apoio simbólico mas significativo na atividade económica de todos os envolvidos. Recordando que o ponto da ordem de trabalhos seguinte tem, para conhecimento, uma medida tomada pela INOVA que vai no mesmo sentido, deixou já também o aplauso e a concordância da bancada do PSD relativamente àquela medida.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Carlos Ventura, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, considerando que também fazia sentido, questionou se não poderia também abranger os feirantes, isentando-os nas mesmas proporções.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que, os feirantes já foram todos isentos até 31 de dezembro, com uma deliberação camarária anterior. Esclareceu que apenas as isenções das concessões têm que ser aprovadas pela Assembleia Municipal, porque as concessões também são aprovadas na mesma Assembleia.-----

----- Não mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção do pagamento de rendas correspondentes aos 2.º, 3.º e 4.º trimestres de 2020 aos concessionários dos equipamentos municipais»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 23 - «Covid-19 / Medidas de apoio à família, Empresas e entidades da economia social: Tarifas de abastecimento de água, águas residuais e Resíduos sólidos / Para conhecimento»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, no início da pandemia, já tinha sido deliberado algo semelhante para 2 meses, entendendo-se agora

6

continuar nos meses de novembro e dezembro. Esclareceu de seguida que, deste modo, será isento de pagamento, naquele período de 2 meses: - Tarifas fixas no abastecimento de água, águas residuais, resíduos sólidos e será alargado até ao primeiro escalão, até 15 metros cúbicos às famílias, em que qualquer um dos elementos do agregado familiar tenha uma diminuição superior a um terço do seu rendimento; - Tarifas fixas de água, águas residuais e resíduos sólidos às empresas, que tenham uma quebra de faturação de 40%; - A totalidade das tarifas fixas e variáveis no abastecimento de água, águas residuais e resíduos sólidos à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede e a todas as instituições particulares de solidariedade social do concelho. Esclareceu ainda que o processo administrativo é feito através da INOVA, que faz a isenção, mas quem paga o valor das isenções é a Câmara. Informou ainda que, nos 2 meses anteriores foram deferidos processos que perfizeram o valor de 16.578,04 €, pelo que se supõe que para os meses de novembro e dezembro o valor seja semelhante.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Juizes sociais».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia Simões, a qual recordou que os Juizes locais, cível e criminal de Cantanhede recuperaram a competência na jurisdição de Família e Menores. Nesse sentido e em conformidade com o solicitado pelo Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra é solicitado ao Município de Cantanhede a nomeação de 15 Juizes sociais efetivos e de 15 Juizes sociais suplentes, de acordo com a Lei n.º 156/78. Informou, de seguida que os requisitos para a escolha daqueles Juizes são: - Terem idade compreendida entre 25 e 65 anos; - Dominarem completamente e em absoluto a língua portuguesa;

- Igualdade de género; - Serem do Concelho; -Terem o registo criminal limpo. Informou ainda que a atribuição daqueles juizes é fazerem parte do Tribunal nas audiências em que esteja em causa a aplicação de medidas de internamento de criança menor de idade, compreendida entre 12 e os 16 anos ou quando seja efetuado debate judicial referente ao processo judicial de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens em perigo. Acrescentou que os referidos Juizes sociais são nomeados por despacho da Ministra da Justiça e publicados no Diário da República, após aprovação dos mesmos pela Assembleia Municipal. Passou de seguida a nomear os Juizes propostos: - Juizes efetivos: Luís Manuel Correia Alves, de Cantanhede; Maria Manuela dos Santos Gonçalves de Miranda, de Ançã; Maria de Fátima Tarelho Soares, de Vilamar; João Manuel Jorge Gomes, da Tocha; António Alexandre dos Santos Henriques, de Cantanhede; Idalécio Pessoa de Oliveira, de Ourentã; Victor Manuel Rodrigues Rua Costa, de Febres; José Manuel Tarelho Soares, de Vilamar; Ana Paula Cavadas Rodrigues Pereira, de Cantanhede; Luís Peralta da Cruz, da Camarneira; Laura Maria Mateus Domingos Costa, de Cadima; Gina Maria da Silva Gomes, de Lemedo; Fátima Maria Vaz Gomes, de Cantanhede; Maria Inês Leitão de Oliveira, da Pena; Tânia Raquel Barbosa Miraldo Barros Veríssimo, de Cantanhede: - Juizes Suplentes: Teresa Pinto Leitão, de São Caetano; Maria Dulce Pinto Andrade, da Fontinha; Maria de Fátima Figueira Martins, da Póvoa da Lomba; Eva Leonor Marques de Oliveira Nogueira, da Tocha; Maria de Lurdes Mendes Silva, de Cantanhede; Simão Pedro Fonseca Santos, da Sanguinheira; Maria da Conceição Barata Lourenço, de Cantanhede; Manuel Marques de Oliveira, da Sanguinheira; Maria de Lurdes Mamede Fernandes, de Murtedo; Orlando Oliveira Neto, da Tocha; Maria Manuel de Oliveira Fael Gonçalves de Matos, de Cantanhede; Pedro Manuel

Braga Chorosa, de Vilamar; Paulo Manuel Cachado Gomes de Oliveira, dos Covões; Jorge Nuno Pires Sampaio, de Ançã e Áurea Pereira Oliveira Matias, de Sepins.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual questionou sobre o critério utilizado para a seleção das pessoas, porque dos nomes que ouviu mais de 50% são professores e não sabe se são todos elementos da CPCJ.-----

----- Respondeu a Sr.<sup>a</sup> Vereadora, Célia Simões que, basicamente a lista anterior manteve-se, tendo apenas sido retiradas as pessoas que efetivamente manifestaram essa vontade. Por outro lado, foram acrescentadas as pessoas que tinham manifestado vontade de a integrar. Esclareceu, de seguida, que aquela lista nada tem a ver com pessoas que fazem parte da CPCJ.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Juizes sociais»**, tendo este sido aprovado por maioria com 30 votos a favor e 2 abstenções.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Alteração à Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede / Isenção de taxas aplicadas pela utilização das instalações municipais das Piscinas Municipais, a residentes no concelho».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vereador Adérito Machado, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que, no fundo, se trata de um incentivo à prática desportiva sénior e também a um envelhecimento ativo que se quer que seja praticado no concelho de Cantanhede para aumentar a qualidade de vida das pessoas. Recordou que, em 2014 já foi aprovado pela Assembleia Municipal 4 das alíneas apresentadas, tendo sido agora alterada apenas

uma, nomeadamente: - Isentar em 100% todos os deficientes com grau de incapacidade igual ou superior a 60%; - Isentar em 50% o valor das taxas previstas em elementos do agregado familiar de famílias numerosas e também as taxas das turmas de natação familiar em que estejam inscritos mais que 2 familiares; - Isenção em 100% para crianças até um ano, crianças de 1 a 2 anos isenção de 50% e de 2 a 4 anos de 25%; - Isenção total para grávidas; - Isenção das taxas para as famílias numerosas que passaram a ser as mesmas; - Para quem acumular mais que 2 mensalidades na prática desportiva com, por exemplo, piscina e ginásio, há uma redução de 25% em cada modalidade; - Para os seniores com idade superior a 60 anos que pratiquem até às 17 horas, uma redução de 25%. Finalizou resumindo que na proposta apresentada transitam 4 pontos que já haviam sido aprovadas em 2014, tendo sido acrescentados mais 3, sendo assim um estímulo importante para que as pessoas possam frequentar a piscina e o ginásio, praticando desporto e, um incentivo para que possam melhorar a sua qualidade de vida.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual felicitou o Executivo pela iniciativa que vem em linha com outras medidas já tomadas ao nível de prática do desporto, tendo em vista a promoção de uma vida mais saudável. De seguida, tendo em conta o contexto da pandemia, questionou sobre a afluência das pessoas, desde abril até à data, nas piscinas e no ginásio, porque muitas pessoas não se sentem muito confortáveis a frequentar aquele espaço. Questionou ainda se não será uma forma de incentivar os que continuam a praticar para que continuem e, assim, salvaguardar a manutenção e o funcionamento daquele espaço.-----

----- Respondeu o Sr. Vereador Adérito Machado afirmando que as piscinas e o ginásio têm um plano de contingência que obriga a reduzir em horário o número de

peças que possam praticar. Acrescentou que, também as peças, como é evidente, com a pandemia, não estão tão disponíveis para a prática desportiva, não só os seniores, mas também as camadas mais jovens impedidos muitas vezes pelos próprios pais. Assim, trata-se de um incentivo, não apenas para estes tempos de pandemia, mas também para que tanto as camadas mais jovens como os seniores possam continuar a praticar desporto, a um preço mais apetecível. Finalizou a sua intervenção informando que se frequentassem o número habitual de peças nas piscinas, era impossível conseguir inseri-las nos horários existentes devido a todas as exigências existentes nesta época de pandemia.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Alteração à Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede / Isenção de taxas aplicadas pela utilização das instalações municipais das Piscinas Municipais, a residentes no concelho»**, tendo este sido aprovado por maioria com 30 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da 4.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2020»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que com o SNC-AP, em termos orçamentais as alterações passam a ser modificativas ou permutativas. Acrescentou que a alteração orçamental permutativa é aquela que procede a alteração da composição do orçamento, tanto da receita como da despesa, habitualmente da competência da Câmara Municipal, mantendo constante o orçamento e a anterior "revisão" passa a ser designada por alteração orçamental modificativa, quando se

pretende fazer inscrição de novas receitas ou despesas não previstas, o que é o caso. Informou de seguida que, o que está em causa é justificar a redução do valor do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2020 em 1.776.830,00 €, resultante do excedente da dotação disponível porque houve atraso em algumas candidaturas. Assim, apesar de não haver alteração nas áreas em que se vai intervir e em tudo o que já estava pensado em termos orçamentais, as obras deslizaram, não havendo necessidade de ter aquele valor no orçamento, sendo proposto reduzi-lo. Finalmente informou que a regra do equilíbrio orçamental continua a ser cumprida.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da 4.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2020»**, tendo este sido aprovado por maioria com 26 votos a favor, 1 voto contra e 6 abstenções.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2021»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, com a ajuda de uma projeção passou a explicar a proposta do orçamento e das Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2021, nomeadamente: - Que o orçamento atinge o valor de 30.276.448,00 €, fora a INOVA que tem o seu próprio orçamento; - Que a receita corrente é substancialmente superior à despesa corrente e que se prevê atingir uma poupança na ordem dos 3.700.000,00 €; - Que há um acréscimo ao orçamento relativamente ao ano anterior de mais de cerca de 2.500.000,00 €, relacionado com o auge da execução financeira do PEDU, com o acréscimo dos preços dos combustíveis

e da energia, com o aumento dos custos com pessoal e ainda com a inscrição de novos investimentos no concelho; - Que nas receitas correntes destacam-se, essencialmente, a parte dos impostos diretos e das transferências correntes; - Que nas transferências correntes estão, essencialmente, todas as que são provenientes da Administração Central, entre outros, do fundo de equilíbrio financeiro, da participação fixa no IRS, do Fundo Social Municipal, do Portugal 2020 e das comparticipações da DGESTE no âmbito das escolas e das refeições escolares, ao nível dos impostos do IMI, IMT, derrama e do IUC; - Relativamente às receitas de capital, destacam-se as transferências de capital da Administração Central, a participação nos impostos, de acordo com a Lei das Finanças Locais, a venda de bens de investimento, nomeadamente, a venda de terrenos nas Zonas Industriais e a parte do empréstimo que foi contratualizado no ano de 2020. Recordou que o fundo de apoio municipal, destina-se a contribuir para financiar empréstimos a municípios que estão em situação financeira muito débil e que o Município já contribuiu com 1.500.000,00 €, não sabendo quando poderá reaver aquela quantia. Acrescentou que aquele valor não pode entrar a nível contabilístico na parte da receita, representando apenas património; - Relativamente ao empréstimo feito para as pavimentações, informou que só começará a ser pago quando terminar o empréstimo do plano de saneamento financeiro pelo que, do ponto de vista financeiro, o equilíbrio existe e nada vai alterar a saúde financeira do Município; - Informou que estão aprovadas candidaturas no valor de 3.300.000,00 € e deu alguns exemplos das mesmas: Para a reabilitação da Casa da Cultura; para a requalificação do Bairro Vicentino, não só para as habitações mas também para a envolvente do espaço público, algo determinante para a vida social de famílias carenciadas, situação que foi muito bem organizada com a Ação Social; para a Arte Xávega da Praia da Tocha; para o Cantanhede WiFi; para

o Fundo de Emergência Municipal; e para a modernização administrativa. Informou ainda que as candidaturas submetidas que estão a aguardar a aprovação, são para a ampliação da EB 1 de Febres, a requalificação da antiga Escola Primária da Pocariça para o Jardim de Infância, o Canil Municipal, para a mobilidade elétrica para a Administração Pública; - A regra do equilíbrio financeiro está cumprida, uma vez que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos, existindo uma margem de mais de 1.000.000,00 €; - Relativamente à despesa destacam-se os encargos com pessoal, aquisições de bens e serviços com verbas que pesam bastante, nomeadamente, respeitantes à eletricidade e à iluminação pública, aos transportes escolares, às refeições escolares e aos combustíveis. Acrescentou existirem outras verbas substanciais, que não existiam até há pouco tempo, mas que no momento são obrigatórias, nomeadamente, as faixas de gestão de combustível, a aquisição de terrenos nas Zonas Industriais destinadas a venda, o subsídio para a INOVA, as transferências de capital e os apoios às Juntas de Freguesia. - Na previsão da despesa, salientou a aquisição de bens de capital com encargos previstos de quase 9.000.000,00 €, relacionados com investimentos nos equipamentos e infraestruturas no concelho e também para os apoios às coletividades e Juntas de Freguesia. Esclareceu que, apesar de ter havido muito pouca atividade cultural e desportiva no corrente ano, os subsídios correntes continuaram da mesma forma, porque as Associações têm despesas que a Câmara quis continuar a garantir. - Analisando a despesa em termos de classificação funcional, informou que, como é habitual, as funções sociais são as que se destacam; - Relativamente às funções gerais, referiu algumas intervenções, nomeadamente, o subsídio para a Junta da Tocha para o financiamento da equipa de Sapadores ou para o custo da faixa de gestão de

combustível, uma verba que decerto irá aumentar nos próximos anos, porque, depois da limpeza primária que está a ser efetuada e que vai continuar nalgumas freguesias, terá que ser complementada com a manutenção das áreas de onde já foram retiradas as árvores; - Relativamente às funções sociais, destaca-se o ensino não superior, a ação social, a cultura e o desporto. Relativamente ao ensino, referiu a ampliação da EB 1 de Febres e a remoção de amianto nas Escolas Secundárias Lima de Faria e na EB 2, 3 Gândara Mar que é uma obrigação do Estado, estando o Município a substituir-se à tutela, porque o município, propriamente dito, não tem qualquer equipamento municipal que tenha amianto. Acrescentou que, o mesmo acontece com a situação da Secundária que se encontra uma vergonha e que continua a aguardar uma reunião com o Sr. Secretário de Estado da Educação, para lhe dizer que o Município está disponível para avançar com as obras e que a informem sobre qual o Fundo Europeu utilizar, porque já sabe que nada pode contar do Orçamento de Estado; - Que há vários planos ao nível de imateriais, como o caso do abandono escolar, a promoção do sucesso educativo e na parte da ação social um grande aumento no apoio a agregados familiares em situação de carência. Acrescentou não saber o que 2021 vai trazer, mas, acredita que todos têm consciência que o que aí vem não será propriamente muito luminoso, porque as sequelas que 2020 está a causar vão esticar para 2021; - Relativamente à saúde, informou que só para testes rápidos já foram gastos 56.000,00 €, para as EPI's 242.402,00 € e em aquisições feitas pela CIM 52.444,00 €, verbas que irão continuar a ser gastas, porque a população necessita desse mesmo apoio; - Ao nível do Ordenamento do Território, informou que estão a elaborar a alteração dos planos de urbanização e a adquirir cartografia para melhorar cada vez mais os serviços e ir ao encontro das necessidades dos munícipes; - Relativamente ao desporto, informou que os subsídios

continuam e que ainda se encontram a pagar amortizações dos *leasings* dos complexos desportivos de Cantanhede e de Febres. Informou ainda que se encontram a proceder à reparação do Estádio Municipal, à construção da ciclovía das Berlengas;

- Relativamente à cultura informou que o Lagar das Varas, embora não tenha avançado, encontra-se programado para o próximo ano através da freguesia da Cordinhã, tal como a reabilitação das antigas instalações da ETPC, Casa da Cultura;
- Ao nível de resíduos sólidos, recordou o contrato programa existente com a empresa municipal;
- Na agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca, referiu a transferência do contrato programa para a empresa municipal relativo à Quinta Agrícola, mas também, o trabalho feito pelo Gabinete de Apoio ao Agricultor com iniciativas muito interessantes e muito dinâmicas no Mercado Municipal;
- Relativamente à indústria e à energia, referiu que os terrenos nas Zonas Industriais têm tido uma procura muito boa e estão a ser adquiridos, que a energia continua com valores muito elevados e que o Município continua a dar subsídio para o fomento da empregabilidade;
- Relativamente ao Turismo referiu que existem despesas muito transversais, no entanto realçou a gestão dos Postos de Turismo de Ançã e da Varziela e o projeto da Gândara Tour Sensation;
- Relativamente aos transportes rodoviários, nomeadamente, às vias de comunicação, informou que o seu valor representa mais de 4.000.000,00 €, não só para a aquisição das massas betuminosas e dos inertes, mas também para a requalificação da rede viária nas freguesias. Finalmente informou que, de acordo com a lei, o Município tem de apresentar um quadro plurianual de 2021 a 2025, pelo que, é apresentado para o ano de 2021 um orçamento de 30.276.000,00 €, para o ano de 2022 de 31.000.000,00 €, sendo assim até 2025, sendo certo que será acertado ao longo daqueles anos; -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Rogério



Marques, o qual referiu que a proposta de Orçamento surge num ambiente de grande incerteza e imprevisibilidade face ao impacto da epidemia na economia, mas com uma visão de esperança e otimismo no futuro, de modo a realizar ações concretas e bem definidas que visam o bem comum e a causa pública. Acrescentou que, o orçamento para 2021 e as Grandes Opções do Plano incluem o aumento de despesas inerentes ao alargamento de competências já em 2021, por força da Lei n.º 50/2018 em cerca de dezenas e meia de matérias, ficando apenas para 2022 a assunção das áreas da Educação, saúde e ação social devido à ausência ou insuficiência dos valores propostos pelo Governo. Pelo exposto, afirmou não compreender como é que foi referido pelo Senhor Vereador do Partido Socialista, na reunião de câmara aquando da discussão do orçamento que, *"dada a transferência e competências para as autarquias locais não foram aceites pela autarquia para o ano 2021, não devem por isso servir de argumento como dificuldades criadas na elaboração do orçamento"*. Recordou de seguida que Cantanhede não aceitou apenas as competências na área da educação, saúde, ação social para 2021, funções essas que continuam maioritariamente na esfera do Governo pelo que, a preocupação do Partido Socialista só pode demonstrar o receio de que o Governo seja incapaz de garantir a assistência social necessária e mais uma vez, seja o Município a substituí-lo. Relativamente à análise dos valores que constam do orçamento para 2021, nomeadamente quanto a receitas correntes, receitas de capital, despesas correntes e despesa de capital, referiu que todas irão aumentar em relação a 2020, não se podendo aceitar as considerações feitas pelo Sr. Vereador do PS, quando se referiu à deslocalização de valores que resulte numa diminuição da despesa corrente e que irá afetar a Ação Social. Verificou que, com base no orçamento, há um reforço de 137% no orçamento da rubrica da saúde e de 46,6% na Ação Social, continuando o Município a estar na

linha da frente no auxílio a todos os que estão em situação de maior fragilidade social e a apoiar as organizações e as empresas. Recordou que o Município já implementou inúmeros mecanismos de apoio e prepara o quadro de pessoal para fazer face a mais trabalho técnico e administrativo, de modo a estarem criadas todas as condições para poder prestar todo o apoio necessário. Referiu ainda que o Sr. Vereador do PS afirmou, em termos absolutos, que as despesas correntes diminuíram e acrescentou que diminuíram em relação às receitas correntes, o que não é verdade, pois a despesa corrente de 2020 foi de 16.027.000,00 € e em 2021 será de 17.019.000,00 €, representando um aumento. Verificou ainda que, como se afirma em vários locais do orçamento, atinge-se o auge de execução do PEDU, logo as rubricas que mais sobem são as receitas de capital com o financiamento do Portugal 2020, em contrapartida das respetivas despesas de capital e do pagamento das obras do PEDU. Acrescentou que o orçamento cumpre as regras do equilíbrio orçamental, gerando um excedente de mais de 1.000.000,00 €, que pauta por critérios de rigor, prudência e realismo, estabilidade orçamental e sustentabilidade das Finanças do Município. Concluiu que, se o Partido Socialista defendeu na câmara a diminuição das receitas correntes por via da diminuição de impostos e defendeu o aumento da despesa, então existe uma incoerência ou um apelo ao desequilíbrio orçamental. Finalmente, congratulou o Município por apresentar um orçamento com setores de otimização de recursos, por levar mais longe o desenvolvimento económico e por apostar no investimento para a melhoria dos padrões de qualidade da vida dos munícipes, pois é um orçamento que pretende reforçar a coesão social e responder às necessidades da atual situação de saúde pública. -----

----- Respondeu o Sr. Luís Pato que a sua bancada identificou alguns problemas que poderão acontecer no domínio da ação social, principalmente nos domínios da saúde

e da educação e questionou a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara se em março não estarão perante um orçamento retificativo.-----

----- Respondeu a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, admitindo que possa haver um orçamento retificativo, não só porque vão existir candidaturas que ainda não estavam aprovadas e que vão ser aprovadas, mas também porque vai ser inserido o empréstimo, havendo necessidade de se fazerem aquelas alterações. Acrescentou que, também dependerá da forma como Governo irá apoiar o tecido empresarial e as famílias, da forma como a vacina vai chegar a toda a população, minimizando os estragos que a pandemia está a causar, questões acerca das quais ainda não pode responder, pois tudo depende da forma como a doença vai evoluir. Perante essas incógnitas, afirmou que, com certeza, existirá algum acerto relativamente aos apoios na Ação Social. Já em relação ao pequeno comércio, referiu que ao contrário de grandes empresas que produziram mais, os comerciantes, os restaurantes e os bares, como todos sabem alguns até já fecharam, o que traz desemprego. Por outro lado, recordou que existem pessoas que têm o seu ordenado certo e que, com o receio de sair, já não gastam em cabeleireiro, já não compram roupa ou já não vão a festas, encontrando-se a aforrar, mas tudo isso se reflete no pequeno comércio. Assim informou que, perante a evolução da economia desde março, o apoio dado pela Ação Social tem vindo sempre a aumentar, conforme já foi transmitido em termos de valores, pelo que já foram acauteladas verbas porque, decerto, que a situação não vai melhorar. Finalmente informou que, segundo a ARS, em agosto as coisas já estarão bem, podendo não existir tanta necessidade de fazer algumas correções em termos orçamentais. No entanto, referiu que apenas gostaria de fazer alterações ao nível orçamental, se for para aumentar a receita com as candidaturas que vão ser aprovadas.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2021»**, tendo este sido aprovado por maioria, com 23 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.-----

----- Após a votação, o Sr. Rogério Marques, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PSD do seguinte teor: *“O Orçamento e as Grandes Opções do Plano, documentos previsionais da Câmara Municipal de Cantanhede para 2021, são documentos vastos e complexos, cuja elaboração deve ser agradecida a todos os que para ela contribuíram, seja na componente técnica, económica ou política. Partilhamos genericamente a visão do executivo liderado por Helena Teodósio, de que "sendo o Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para 2021 um plano previsional de receitas e de despesas estruturado em função de opções de fundo", estamos perante bons documentos orientadores, para "na atual conjuntura, levar mais longe o processo de desenvolvimento económico, reforçar a coesão social e responder cabalmente às necessidades que venham a ocorrer caso a crise de saúde pública que estamos a viver venha a prolongar-se". Mas para não sermos acusados de autoelogio, nada como fazemos uma análise aos fatores mais significativos deste orçamento, recorrendo muitas vezes às palavras insuspeitas de terceiros: O ano de 2021 será previsivelmente marcado pela continuidade do combate à pandemia de Covid-19, por recessão económica, por novo recorde da carga fiscal imposta por este Governo Socialista e pelo alargamento das competências e despesas do município, por força da transferência de competências previstas na Lei n.º 50/2018 em cerca de dezena e meia de matérias. Apenas ficaram adiadas para 2022 a assunção das áreas com maior impacto orçamental, nomeadamente na Educação, Saúde e Ação Social,*

devido à ausência ou insuficiência dos valores propostos pelo Governo. Perante este cenário desfavorável e de incerteza, "deverá ser seguido um trajeto de rigor e prudência sobretudo tendo em atenção a abordagem ao próximo quadro de apoio comunitário que nos deverá permitir aceder a todos os meios possíveis para gerar o desenvolvimento económico e de empregabilidade tão almejado por todos e presentemente imprescindível para muitos dos nossos munícipes" (João Paulo Vagos / PS Cantanhede 2014). 2. O orçamento para 2021 ultrapassa os 30,6 milhões de euros, sendo mais de 10% superior ao anterior e o maior da última década, aspetos significativos e que se devem sobretudo aos múltiplos e significativos investimentos destinados à melhoria de infraestruturas do concelho e das condições de vida dos seus cidadãos, concretizados na execução do PEDU e em novos investimentos. Não são palavra nossas: este crescimento indica estar-se perante um orçamento "colorido", de aumento da atividade, de evolução e de progresso (Pedro Carrana / PS Cantanhede 2013). 3. A poupança corrente estimada (valor obtido pela dedução da despesa corrente à receita corrente) é superior a 3,6 milhões de euros, fator importantíssimo dado ser este um "indicador decisivo da capacidade do município investir recorrendo menos ao endividamento (in Conselho de Finanças Público; Evolução Orçamental da Administração Local). 4. A diferença entre a receita corrente e o somatório da despesa corrente com o valor médio dos reembolsos de empréstimos de médio e longo prazo, vulgarmente conhecida por regra do equilíbrio orçamental, volta a ser largamente cumprida, gerando-se um excedente de 1.1 milhões de euros. A saúde financeira do Município de Cantanhede está assim salvaguardada, já que este é um indicador importantíssimo que "permite reduzir o ajustamento da despesa à receita certa e permanente dos municípios, com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira (in OCC — Anuário Financeiro dos Municípios

Portugueses). 5. Do lado da receita, verifica-se que os impostos de taxa ou participação variável (IMI, Derrama, IRS) não sofrem qualquer subida por força da iniciativa municipal, já que foram mantidas as taxas dos anos anteriores. O acréscimo de 3% verificado na receita destes impostos resulta de condições externas e muito inferior ao crescimento global de 10% do Orçamento, fatores que concorrem para que estes impostos tenham um peso relativo de apenas 25% da receita, a percentagem mais baixa registada nos últimos anos. 6. Acresce que a baixa significativa de impostos municipais, embora possa ser desejável para aliviar alguns cidadãos e empresas, cada vez mais é vista com crescentes reservas. Da Derrama diz-se por exemplo que "o cálculo do imposto a partir do lucro tributável permite realizar objetivos de justiça material e de igualdade, na medida em que (...) haverá correspondência entre o imposto a pagar e a real capacidade contributiva" (in Acórdão 430/2016, Tribunal Constitucional). 7. Já da diminuição do IMI, refere-se que a poupança obtida tem um valor subjetivo e deve ser interpretado com cuidado. De facto, nem todos os residentes são sujeitos de IMI e, por isso, este valor não representa uma poupança para os não sujeitos, mas pode, contrariamente até ser visto como um custo, pois deixam de beneficiar da aplicação destes recursos que seriam obtidos pelos municípios na prestação de serviços e bens públicos." (in OCC — Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses). 8. Apesar de tudo isto, a taxa de IMI foi fixada em 0,38% (muito inferior à taxa máxima de 0,45%); mantêm-se as reduções no IMI a pagar pelas famílias com dependentes a cargo e mantêm-se também o apoio às pequenas empresas, isentando-as de derrama, quando o volume de negócios no ano anterior não tenha ultrapassado os 150.000 euros. A estes benefícios, crescem naturalmente as isenções, suspensões e outras medidas económicas e sociais decorrentes da pandemia, muitas das quais já atualmente em vigor e que se prolongarão para 2021,

6

dado que o final da pandemia é ainda uma incógnita. 9. A incerteza do momento e a grande atenção dedicada pela Câmara a estas matérias surge consubstanciada num reforço em 137% da dotação orçamental para a Saúde e em 46,6% da dotação orçamental da ação social, conforme refere a Sr. <sup>a</sup> Presidente na mensagem introdutória e é até elogiado pela oposição, que reconhece "como razoáveis, ajustadas e até pertinentes as considerações expressas pela Sr. <sup>a</sup> Presidente na sua mensagem sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021, face às condições adversas que atravessamos com a pandemia da Covid-19" (José Santos / PS Cantanhede 2020). 10. Assim, destacam-se naturalmente os 9 milhões de euros gastos em funções sociais, que abrangem um conjunto vasto de obras e iniciativas que vão dos transportes escolares às obras nas escolas, das bolsas de estudo, às transferências para auxílios económicos e para as IPSS's, dos postos de enfermagem, aos apoios ao cuidador informal, dos apoios à natalidade, aos apoios aos agregados em extrema carência. As diversas isenções e apoios contribuem para que Cantanhede seja um dos municípios "que mais colabora no combate ao envelhecimento e desertificação, sendo fonte de riqueza, através da criação de emprego, do aumento do espírito de iniciativa e da estabilidade social" (in Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis). 11. O PEDU Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, aprovado em 2016 e que agora atinge o auge da execução, visava a requalificação das cidades, o que foi aproveitado de forma exímia pelo Município que viu aprovadas candidaturas aos três eixos do programa (mobilidade urbana sustentável, regeneração urbana e regeneração urbana associada a comunidades desfavorecidas), que permitem a execução de diversos projetos estruturantes: a rede ciclável urbana de Cantanhede, a reabilitação do edifício ex-ETPC/Casa da Cultura, a requalificação de diversas ruas e a reabilitação do Bairro

*Vicentino. Destaque também para a área rodoviária, dotada de mais de 4 milhões de euros para execução de arruamentos, passeios, valetas, pontões e sistemas de drenagem de águas pluviais, com especial destaque para a requalificação da rede viária nas freguesias, que se prevê absorver mais de 2,1 milhões de euros, aos quais acrescem ainda alguns arruamentos beneficiados no âmbito do PEDU. Uma autarquia que investe assim em infraestruturas de base como estradas, redes e coletores, está a potenciar o nosso futuro por manifesta capacidade de visão futura (Luís Pato e a visão do PS Cantanhede 2018, porque para o PS populista de 2020, as estradas e rotundas não são política a sério e são colocadas no "mesmo saco" da demagogia).*

*12. Este é um orçamento plural, seja pela dispersão territorial dos investimentos, seja ainda porque foram ouvidas as Juntas de Freguesia, outras entidades do universo autárquico e as forças políticas titulares do direito de oposição. A ausência de propostas da oposição tem especial significado porquanto os partidos "têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividades, um direito que reivindicaram durante anos e que é a forma legalmente prevista de ser "assegurado às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática" (in Lei 24/98, de 26 de Maio).*

*13. Assim, a diferença entre "ser do contra" e fazer oposição construtiva e democrática reside no teor das propostas apresentadas, mas também na forma e no momento em que são apresentadas, porque "sabemos bem que, em ano eleitoral, os partidos da oposição (...) sentem a tentação de apresentar propostas para eleitor ver. (António Costa, 2018). Pelo exposto, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021."-----*

----- Também o Sr. Luís Pato, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PS do seguinte teor: "Reconhecendo os tempos

extraordinários em que vivemos, devido à Pandemia da Covid-19, é importante referir que nem tudo é como está descrito neste documento - principalmente no que se refere à transferência de competências para as Autarquias Locais, dado que as mesmas não foram aceites pela Autarquia para o ano de 2021. Por isso, não pode servir de argumento para sustentar as dificuldades criadas na elaboração do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021, uma vez que foi tomada, ainda antes do período pandémico, a opção de não aceitação para o ano de 2021, da transferência de competências, respeitantes aos domínios da Saúde, da Educação e da Ação Social. Logo, não se justifica a implementação em 2020 da nova orgânica municipal. Aliás, representa um acréscimo para a rubrica Despesas com Pessoal, que não é justificável e muito menos oportuna. No Orçamento, verifica-se uma deslocação significativa de verbas das Receitas Correntes para as Despesas de Capital - o que resulta numa diminuição das Despesas Correntes, sendo assim, tudo leva a crer que na execução do Orçamento verificar-se-á uma redução significativa das Despesas Correntes face às Receitas Correntes, cujo valor irá ser transferido para as Despesas de Capital. Perante esta evidência e como a economia é um exercício tangível, pressupõe-se que haverão rubricas do domínio da Ação Social que irão ser afetadas, algo que no período pandémico em que estamos não é aceitável. Aliás, esta opção apresenta indicadores altamente preocupantes porque nos primeiros dois trimestres deste ano não parece acertado manter os elevados níveis de Despesas de Capital com prejuízo das Despesas Correntes. Aqui, alertamos, mais uma vez, para as despesas com pessoal principalmente no que concerne à implementação da nova Orgânica dos Serviços Municipais, algo que oportunamente a bancada do PS na Assembleia Municipal já tinha alertado no passado. E que lembramos, mais uma vez, não faz sentido nenhum, principalmente, nesta altura. Tendo em consideração, a situação de

C

*calamidade que muito provavelmente teremos de enfrentar ainda por um tempo que se prevê longo e indeterminado, na nossa ótica, o Orçamento para 2021 deveria apresentar uma maior preocupação social com um reforço substancialmente das verbas nos domínios da Educação, da Saúde e principalmente da Ação Social, como forma de precaver situações de dificuldades económicas e sociais que já estão a afetar o nosso município. Para enfrentar esta previsível situação, a implementação de medidas de apoio à comunidade só será possível com uma cobertura orçamental significativa, com uma perspetiva de redução e/ou isenção (em situações extremas) de impostos. Tomando em consideração que são as pessoas e as empresas, principalmente as micro e pequenas empresas, os principais contribuidores para o orçamento de que o Município dispõe e gere, deverá ser considerada a aplicação de políticas concretas e solidárias, como acontece em alguns municípios aqui bem próximos, que deverão resultar no desenvolvimento local e conseqüentemente no bem-estar de todos. O mais importante é dar qualidade de vida às pessoas. Por isso, votamos contra este Orçamento."*-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2021».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou, que o mapa de pessoal proposto pelo Executivo para o ano de 2021 contempla 305 postos de trabalho, não tendo ainda nada a ver com a questão das delegações de competências. Informou de seguida que a Câmara tem feito um esforço bastante grande em termos de concurso para colocar várias pessoas, como por exemplo, as que trabalham nos Jardins de Infância, que continuam a ser muitas e que não são do quadro. Afirmou tratar-se de um quadro em

defesa do trabalhador, pois o Executivo pretende que, cada vez mais, haja um quadro fixo e seguro para a Câmara Municipal. Referiu que, já que as carreiras na Função Pública estão como estão, é um dever de quem está numa Câmara, tentar dar mais qualidade aos próprios funcionários e dar-lhe a possibilidade de crescer na carreira, dentro do quadro que o Executivo entende que é o quadro certo para que as suas funções se desenvolvam com qualidade. Acrescentou que, como várias pessoas foram para a reforma, há falta de motoristas, de canalizadores, de eletricitas e, por isso, ao nível de recrutamento em termos de assistentes operacionais, serão 5 propostas a termo resolutivo, 5 a termo indeterminado e 2 propostas a ocupar por mobilidade intercarreiras. Na área dos técnicos Superiores, propostas de recrutamento na área da Proteção Civil e da Engenharia Mecânica e na área dos Assistentes Técnicos, uma proposta no âmbito da refrigeração e climatização. Assim, informou que, para além das propostas de recrutamento para os dirigentes intermédios, também existem propostas de recrutamento necessárias para que o serviço continue a ser desenvolvido da mesma forma. Acrescentou que, no momento, face às necessidades impostas pela pandemia, chegam *e-mails* a toda a hora e há funcionários que, realmente, não têm aquele espírito, criticado no funcionário público que vem apenas para receber o ordenado, sendo sim pessoas empenhadas, dedicadas e que estão a fazer mais do que o que deveriam fazer, trabalhando arduamente no dia-a-dia. Acrescentou ainda que, relativamente à Ação Social, o Município tem dado cartas e muitas das medidas tomadas foram replicadas por outros Municípios. Voltando ao assunto do quadro de pessoal, afirmou que o mesmo não irá satisfazer as necessidades em termos de transferência de competências, porque ainda não se sabe o que se irá receber do Estado, nomeadamente, relativamente aos assistentes operacionais. Acrescentou ter consciência que não há assistentes

C

operacionais suficientes para dar apoio nalgumas das áreas em causa, que ficaram dias ou anos à espera de um arranjo, mas que o Município terá de solucionar, tendo equipas prontas e eficientes para fazer aquelas intervenções, indo também ao encontro das necessidades dos munícipes, das Associações e das Juntas de Freguesia. Recordou de seguida que, a proposta do quadro de pessoal é sempre apresentada na altura da aprovação do orçamento e lamentou o facto dos elementos da bancada do Partido Socialista, nas suas reuniões preparatórias nunca terem dado uma opinião ou feito alguma proposta, com a exceção de pedirem para baixarem os impostos. Referiu de seguida, ter ficado surpresa por ouvir que a bancada do PS estava extraordinariamente perturbada por haver um controlo da despesa corrente, quando há mesmo uma necessidade de se fazer um controlo rigoroso da despesa corrente, naturalmente para não haver desvios e porque o Município necessita de fazer investimento, existindo esse controle, mesmo em termos de despesas com pessoal. Informou ainda que, decerto, durante o ano alguns valores vão ser acertados porque algumas pessoas que estão numa determinada carreira poderão mudar de carreira com a figura da mobilidade intercarreiras, e que o quadro apresentado, no momento, é o quadro adequado. Finalmente, com a esperança que não haja nenhum problema gravíssimo como os que têm acontecido ao longo do mandato, desde incêndios, ao Leslie, ou COVID, garantiu que a prioridade dos 7 elementos do Executivo, será sempre as pessoas e o apoio à Ação Social.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual, tendo-se apercebido que houve uma mistura de assuntos na resposta da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Helena Teodósio, questionou se a sua resposta não seria mais uma apreciação à declaração de voto da bancada do PS, do que propriamente ao ponto em si. Recordou de seguida que, em tempo, neste mesmo órgão, também a

sua bancada quis falar de assuntos tratados em pontos anteriores, tendo sido impedida de o fazer.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, afirmando que, infelizmente, é uma situação recorrente, mas que, no fundo, é o reflexo de uma indignação de um conjunto de circunstâncias, sendo difícil, de alguma forma, controlar o que vai na alma da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, que, também ela se sente indignada de alguma forma. Afirmou ser uma situação que não se consegue ultrapassar nem gerir, porque primeiro votam o ponto de acordo com o Regimento e depois vem uma declaração de voto que evidencia um conjunto de argumentos que indignam certas pessoas. Assim, apelou a todos no sentido de, de alguma forma, procurarem elevar o nível do que estão a discutir, e ainda, à boa democracia dos Membros da Assembleia Municipal para que todos possam ter uma conversa e uma discussão digna.-----

----- Respondeu o Sr. Luis Pato que, não sendo a primeira vez que situação idêntica acontece, talvez se devesse criar um ponto na ordem do dia para apreciação das declarações de voto, principalmente em questões nucleares como é um orçamento. Afirmou, de seguida, não colocar em causa tudo o que a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio disse, sendo a sua opinião e tendo ela o direito à indignação, tal como a bancada do PS também tem direito à sua opinião e o seu parecer político, porque o que está escrito na declaração de voto do PS é uma coisa e o que foi falado foi outra.-----

----- Interveio novamente o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordando que, em situações anteriores, foi sugerido esperar pelo final da sessão e intervirem como público, não ficando assim ninguém impedido de falar. Recordou ainda que, tem acontecido, já por várias vezes, que a Sr.<sup>a</sup> Presidente dá a explicação do porquê e, no entanto, a declaração de voto do PS com já vem escrita, vai dizer exatamente o

C

contrário. Assim, relativamente à elevação das intervenções, o que pretende é uma honestidade intelectual política, no sentido de saberem reconhecer que erraram e que possa haver situações de críticas construtivas recíprocas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual afirmou ser evidente que, quando estava a falar das questões de pessoal, teve de se referir a algumas referências mencionadas na declaração de voto sobre aquela questão. Afirmou ainda não poder falar de questões de pessoal, sem falar do orçamento, porque o aumento de pessoal implica questões financeiras e que, quando falou da Ação Social, teve de falar dos problemas em termos de organização e da estrutura orgânica do pessoal porque foi criada uma chefia para aquela área que está a crescer. Acrescentou que teria sido interessante discutir o orçamento com todos, antes de o mesmo ser decidido, para mostrar que existe boa intenção e porque o concelho é de todos. -----

----- Finalmente, o Sr. Presidente da Mesa, deu de novo a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual reportando os dados do Pordata, informou que até 2019, no Distrito de Coimbra, os Municípios de Cantanhede e de Montemor-o-Velho tinham um rácio de 8 funcionários por cada 1000 habitantes, quando por exemplo, o Município de Mira tinha um rácio de 17 funcionários por cada 1000 habitantes, o Município da Figueira da Foz 9 funcionários, Penacova e Pampilhosa da Serra tinham valores superiores a 40 funcionários.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2021»**, tendo este sido aprovado por maioria com 29 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 29 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da composição do júri de recrutamento dos diversos concursos para cargos dirigentes a promover pelo Município de Cantanhede».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, no seguimento do assunto anterior, é necessário a aprovação da composição do júri para os diversos concursos para cargos dirigentes a prover pela autarquia. Informou, de seguida que não serão abertos concursos para todas as áreas que estão contempladas na estrutura orgânica, mas sim para 4 Diretores de Departamento, 10 chefes de Divisão e 2 chefes de Serviço Municipal. Acrescentou que se entendeu que não fará parte do júri efetivo nenhum elemento, nem do executivo, nem de nenhuma chefia da própria Câmara, ficando estes como suplentes, tendo sido convidadas personalidades de algumas instituições ou de vários departamentos de outras Câmaras, com reconhecido mérito em várias áreas, nomeadamente, Diretores de Departamentos das Câmaras da Figueira da Foz, de Coimbra, de Montemor-o-Velho, da Lousã, de Figueiró dos Vinhos, de Arganil, de Mortágua, de Soure, de Condeixa, de Aveiro, da Murtosa, de Anadia, professores do ISCAC e do Politécnico de Viseu, da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra, da Faculdade de Desporto e da Comissão de Coordenação e de Desenvolvimento Regional do Centro. Também no que toca aos suplentes, para além de elementos que pertencem ao Município informou que foram ainda convidados professores auxiliares da Universidade de Coimbra, professores do Politécnico do Porto e Chefias dos municípios de Espinho e de Ílhavo, entre outros constantes da listagem que foi fornecida.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 29 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da composição do júri de**

**recrutamento dos diversos concursos para cargos dirigentes a promover pelo Município de Cantanhede», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----**

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 30 - «Criação do Fundo Municipal de Emergência de Apoio Empresarial / Para conhecimento».-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o assunto vai ao encontro dos apoios já discutidos, nomeadamente, a possibilidade da redução da fatura da água, do saneamento e da RSU, mas dirigido essencialmente para apoiar as pequenas e médias empresas. Acrescentou que se trata da criação de um fundo municipal de emergência de apoio empresarial, no valor de 100.000,00 €, destinado a empresas com domicílio fiscal no concelho de Cantanhede, que tenham até 25 trabalhadores e que tenham registado quebras na faturação, igual ou superior a um terço da sua faturação de 2020, entre outras especificidades previstas. Informou ainda que, as empresas que obedeçam aos requisitos previstos, poderão ter um apoio de uma única prestação a fundo perdido, que pode ser até 2.000,00 €, dependente da faturação e da quebra, em consonância com as percentagens previstas e calculado de acordo com a fórmula prevista. Acrescentou ainda que, do contacto tido com algumas empresas que estão com algumas dificuldades no pagamento das rendas, a dotação de 100.000,00 € para o fundo em causa, poderá apoiar-los e ir ao encontro dessa mesma necessidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual congratulou o Executivo por ter tomado aquela medida, no sentido de complementar as medidas do Governo e as restantes medidas tomadas pelo Município. Questionou, de seguida sobre a forma como foi estipulado o valor de

100.000,00 €, nomeadamente, se o mesmo foi estimado com base em algum cálculo prévio.-----

----- Respondeu a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara que, quando no ano passado se falou no orçamento para o ano de 2020, tal ainda não se previa, pelo que foi necessário ver o que poderia ser libertado do orçamento, em termos de um valor que fosse significativo e que pudesse ir ao encontro daquelas necessidades. Afirmou de seguida que não tinham nenhum indicador, tal como não tinham do impacto relativamente às isenções das prestações da água e do saneamento, pelo que foi feito um cálculo estimado. Finalmente, informou que, dependendo das candidaturas que irão ser entregues, a todo o tempo o processo poderá ser reanalisado pois não sabe se o valor proposto ficará aquém ou se vai ser a mais.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 31 - «Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2020 pela Câmara Municipal de Cantanhede / Para conhecimento».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, de acordo com o que foi deliberado, a Câmara tem de comunicar à Assembleia Municipal nas sessões de julho e dezembro, as isenções concedidas relativamente ao semestre anterior. Informou, de seguida que, entre 16 de junho e 4 de dezembro as isenções concedidas pela Câmara ascendem a 158.723,85 € e que, adicionado o valor do primeiro semestre, as isenções totalizaram em 2020 o valor de 219.688,84 €. Recordou que as isenções representam receita que a Câmara deixou de ter, no entanto, no momento, para além das que já existiam, são mais do que úteis e necessárias para a população e para as empresas. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 32 - «Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia para a assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA)».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que o assunto é recorrente todos os anos e que se destina a obter o parecer favorável da Assembleia Municipal para que a Câmara Municipal possa assumir compromissos plurianuais, desde que cumpra determinados requisitos, nomeadamente, que resulte em projetos constantes nas Grandes Opções do Plano e que os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 €. Recordou ainda que, de todos os compromissos assumidos pela Câmara, no âmbito dessa autorização, serão comunicados à Assembleia Municipal.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 32 - «Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia para a assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA)»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 33 - «Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual / procedimento para a “Construção / Beneficiação / Reparação de Edifícios Escolares (JI / EB 1/ CE), por Empreitada: Ampliação e Requalificação da EB1 de Febres».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a candidatura daquela obra está submetida, mas ainda não está aprovada, pelo que vai ter alteração a nível do

orçamento para 2021. Acrescentou que, como é uma obra de 1.032.773,59 €, mais IVA a 6%, vai ter reflexos no orçamento porque houve um concurso que ficou deserto, estando, no entanto, já a decorrer dentro da normalidade. Acrescentou ainda que a obra irá abranger o exercício económico de 2021/ 2022, prevendo-se que no ano 2021 tenha um impacto na ordem dos 503.000,00 € e no ano de 2022 de 591.159,00 €, estendendo-se por 2 anos. Finalmente, informou que a obra em causa vai na mesma linha de outras já faladas, relativas à requalificação do Parque Escolar, sendo que, houve locais onde foram construídos novos Centros Educativos e outros em que as escolas têm edifícios bons, mas necessitam de alguma adaptação, como acontece para a EB1 de Febres.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 33 - «Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual / procedimento para a “Construção / Beneficiação / Reparação de Edifícios Escolares (JI / EB 1/ CE), por Empreitada: Ampliação e Requalificação da EB1 de Febres»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 34 - «Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual / procedimento para a “Construção do Parque Desportivo de Cantanhede – Balneários e bancadas, por Empreitada”**»-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se de uma autorização semelhante à anterior, mas agora relativamente ao Parque Desportivo de Cantanhede. Recordou que a 1ª fase do leasing ainda está a decorrer, e que esta parte da obra representa mais de 3.000.000,00 €, destinados a toda a área das bancadas, dos balneários, da envolvente, à parte elétrica, etc... Informou ainda que a

empreitada decorrerá por 720 dias, tendo um efeito em 3 anos económicos, 2021, 2022 e 2023, respetivamente com os seguintes valores, 557.000,00 €, 1.672.000,00€ e 1.100.000,00 €. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 34 - «Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual / procedimento para a “Construção do Parque Desportivo de Cantanhede – Balneários e bancadas, por Empreitada”»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 35 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato de subconcessão de uso privativo da plataforma da via no ramal da Figueira da Foz»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que se trata de um protocolo desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e diligenciado por eles, naturalmente, mas com a participação do IP Património, Administrações Imobiliária, S.A. e dos Municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Cantanhede e Mealhada, destinado à criação de uma ecovia no local onde existiu, anteriormente, o ramal da Figueira da Foz. Acrescentou que, como todos preferiam continuar a ter comboio, uma das condições colocadas pela CIM foi que aquela obra não ponha em causa a possibilidade de reativar a linha, caso algum outro Governo entenda fazer outro tipo de intervenções naquela área. Acrescentou que, como a ferrovia já não tem sequer os carris, toda aquela zona está completamente abandonada pelo que também se pretende ir ao encontro, não só da manutenção daquele espaço, mas depois também com outros protocolos com Município, Juntas de Freguesia ou Associações, se poderem recuperar as casas dos guardas que estão ao longo da linha. Informou,

de seguida que, a ferrovia de Cantanhede tem cerca de 15 quilómetros, a da Figueira da Foz tem 18,5 quilómetros, Montemor-o-Velho tem 10,8 quilómetros e a Mealhada tem 5 quilómetros, sendo que a obra para a intervenção de Cantanhede, fica em 1.126.607,00 €, ou seja, em cerca de 73.000,00€ por quilómetro. Informou ainda que as Câmaras entraram com os capitais próprios relativos à comparticipação da própria área e que a candidatura será comparticipada em cerca de 85%, proporcional para cada Município. Do ponto de vista turístico e das zonas por onde vai passar, ligando 4 Municípios, afirmou parecer ser uma intervenção muito interessante, pois poderá fazer a ligação para dentro da cidade e para outras freguesias por onde passa. Voltou a referir que existe sempre a questão da ferrovia, mas como não tem programada qualquer intervenção ou a reativação da linha, pelo menos que exista uma obra com dignidade como parece que vai ser o caso. Acrescentou que a sua utilização será para mobilidade suave, pedonal e ciclável, para fins turísticos e de lazer, sendo que o Sr. Presidente da Região de Turismo do Centro, quando esteve em Cantanhede, no BIOCANT, inclusivamente, deu a ideia de poder circular por aquela via um carro especial destinado ao turismo, que vai percorrer a zona das vinhas, podendo parar e efetuar visitas, bem como algum tipo de percurso pedestre.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Carlos de Jesus, o qual, em nome da bancada do PSD, informou que a posição da mesma é obviamente favorável, uma vez que entendem que aquela concessão vai dar alguma utilidade a um ramal que está abandonado e sem qualquer uso há tantos anos, apesar de não ser a desejada para muitos. Acredita ter sido por essa razão que todos os Municípios se envolveram e que a CIM meteu mãos àquele projeto, o que poderá significar um sinal para as novas gerações no sentido de adotar formas de locomoção mais verdes e amigas do ambiente e poder constituir também, através do projeto de

C

promoção turística, nomeadamente, na parte da Bairrada, no meio das vinhas, quem sabe se em Cordinhã, perto da antiga paragem uma prova de vinhos. Recordou ainda que o concelho é plano e muito convidativo para passeios de bicicleta ou a pé, pelo que, no que diz respeito à proposta, a sua bancada apoia e aplaude.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 35 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato de subconcessão de uso privativo da plataforma da via no ramal da Figueira da Foz»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 36 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão celebrado entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2021 / Transportes Urbanos de Cantanhede»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, relativamente ao contrato programa a celebrar com a empresa municipal, no caso concreto para os transportes urbanos, recordou que todos os transportes dos Municípios vão transitar para a Comunidade Intermunicipal, tendo o processo sido penoso por se tratarem de 19 Municípios. Informou, de seguida que, enquanto aquele processo não acabar, o Município continuará a fazer o contrato programa/gestão para os transportes, nomeadamente, destinado às escolas e a alguns acordos mais particulares. Acrescentou que, no caso concreto, destinado ao transporte da cidade feito pela Empresa Municipal, o contrato programa/gestão para o ano 2021 tem o valor de 52.000,00 €, a pagar em 12 prestações mensais.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques,

C

o qual questionou sobre o motivo para o valor do contrato ter baixado para 52.000,00€, quando nos anos anteriores rondava sempre os 56.000,00 €.

----- Respondeu a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara que, no presente ano, pela situação diferente que o país atravessou, tal como o município, houve uma altura em que os transportes não funcionaram, tendo havido uma redução no valor atribuído para o ano 2020. Acrescentou que, perante as perspetivas do presente ano, a INOVA forneceu aquele valor, por considerar que era o valor sensato para aquele contrato-programa.

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 36 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão celebrado entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2021 / Transportes Urbanos de Cantanhede»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 37 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2021 / Limpeza urbana»**.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, no caso concreto, o contrato programa/gestão destina-se à limpeza urbana, com um valor de 397.000,00 €, nos mesmos moldes do anterior, para que a INOVA possa continuar a manter a qualidade do serviço que tem demonstrado.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 37 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA –**

**Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2021 / Limpeza urbana», tendo este sido aprovado por maioria com 27 votos a favor e 1 abstenção.-----**

**----- Passou-se de seguida ao Ponto 38 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2021 / Quinta Agrícola Biológica».-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o presente contrato programa/gestão perfaz o valor de 65.000,00 €. Recordou, de seguida que a Quinta Biológica é um sítio interessante que se dedica à exploração agrícola biológica através de produção vegetal com produtos agrícolas, um pomar e produção animal, como bovinos, aves, caprinos e suínos. Recordou ainda que também realizava sessões de sensibilização, visitas guiadas, essencialmente, dirigidas às escolas e aos pequenos agricultores, de forma a sensibilizar outras alternativas à produção agrícola tradicional. Perante o ano diferente que se viveu, afirmou esperar que 2021 faça retomar a atividade da Quinta Agrícola Biológica.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual concordando que esta Quinta Agrícola Biológica é, de facto um projeto que Cantanhede tem acarinhado ao longo destes anos, por ser um projeto piloto, por ser cada vez mais um assunto de relevo por se tratar de questões biológicas e dos produtos de origem biológica. Recordou que em 2019 era autossustentável, pelos custos com o pessoal, pelos valores pelos quais conseguiam vender os bens, mas que, no entanto, obteve com um resultado líquido positivo. Deduziu de seguida que em 2020, devido ao COVID, talvez não tenha tido o mesmo resultado, mas o valor

que está contratualizado está a aumentar de 45.000,00 € em 2020 para 65.000,00 € para 2021.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 38 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2021 / Quinta Agrícola Biológica»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 39 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2021 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o presente contrato-programa/gestão tem um peso bastante grande, 617.000,00 €, mas tem sido uma marca identitária de Cantanhede. Acrescentou que, durante a pandemia houve alterações, algumas delas por causa da contratação de algumas empresas. Esclareceu que a INOVA teve consciência que, na altura, ou por estar a trabalhar em espelho ou pela dificuldade daquelas mesmas empresas, os cuidados não foram iguais ao longo do ano. No entanto, o processo já está a ser retomado, tendo sido criados mais postos de trabalho internos para poderem colmatar as falhas das empresas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual referiu ter ouvido um munícipe a falar de questões relacionadas com a iluminação no

C

Parque de São Mateus. Acrescentou que há Associações que fazem prática desportiva à noite, nomeadamente, atletismo, e que a zona das oliveiras que vai dar ao ginásio, ao pavilhão e às piscinas, tem muito pouca iluminação. Referiu ainda que há ali crianças que, a partir de uma certa hora, andam por lá a correr com pouca iluminação, o que para um adulto não faz muita diferença, mas para crianças que utilizam aquele espaço poderá fazer. Assim, no sentido de promover um estilo de vida saudável, sugeriu que seria de repensar a questão da iluminação daquele espaço e aumentar os focos de luz no Parque.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que o assunto já está a ser analisado pelo Departamento de Obras Municipais, tendo-se verificado que, por um lado, as árvores cresceram e como os candeeiros têm uma determinada altura, a luz pode ficar tapada, por outro lado, poderão ser mudados os focos junto às oliveiras e reforçar um pouco aquela iluminação.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 39 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2021 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 40 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo de longo prazo sob a forma de abertura de crédito ao Banco BPI, S. A / Requalificação da Rede Viária no Concelho - 2.ª Fase»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, antes de explicar o assunto em apreço, recordou



que o orçamento aprovado na sessão foi o último do mandato, porque no próximo ano, se as eleições forem outubro, já será num novo mandato. Acrescentou que, apesar das trocas de ideias e de palavras tidas entre as bancadas, tem sido um privilégio trabalhar com todos, pelo que, estando no final do ano, desejou a todos os elementos das bancadas com assento na Assembleia Municipal, aos funcionários e às Chefias presentes, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e aos Sr.s Secretários, um excelente ano de 2021. Desejou ainda que todos tenham força para enfrentar alguma dificuldade que possa surgir, após um mandato onde houve quase tudo, rematando com a velha frase, *"que é difícil é, mas também se fosse fácil podia não ser para nós"*. Em termos pessoais, familiares e profissionais, desejou a todos grande sucesso para o próximo ano, com a esperança de que a situação do mundo melhore, pois acredita que em 2021 vai-se conseguir dar a volta e colocar Portugal, o mundo e sobretudo Cantanhede, novamente no rumo pretendido, sobretudo com saúde, paz, solidariedade e, decerto, com muita amizade entre todos. Relativamente ao ponto em análise, recordou que já havia falado que o Município iria fazer aquela contratação por duas vezes. Explicou que foram analisadas as vias do concelho, tendo-se verificado que algumas vias ainda iriam ter intervenções da INOVA, seja em água, seja em saneamento, não podendo assim ir ao encontro de todas as solicitações dos Sr.s Presidentes de Junta. Informou de seguida que, a primeira fase ainda não está toda em obra pelos motivos que já explicou e que a segunda fase, decerto, irá trazer ao Concelho mais qualidade em termos viários para a população e para quem investe no concelho. Relativamente ao empréstimo a aprovar, informou ser um empréstimo de longo prazo, no valor de 3.350.000,00 €, sendo que a proposta economicamente mais vantajosa foi a apresentada pelo Banco BPI, pelo período de 12 anos, com período de carência de 2 anos com referência a média do mês de

C

Setembro, com *spread* de 0,920%, Euribor a 3 meses e taxa de juro de 0,429% na data da proposta, entre outras condições, o qual irá onerar os orçamentos dos anos económicos a partir de 2021.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, de seguida a palavra ao Sr. Artur Carvalhinho, o qual, em nome da bancada do PS, agradeceu e retribuiu os votos da Sr.ª Presidente da Câmara, estendendo-os a todos os presentes.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual também agradeceu e desejou os mesmos votos para todos. De seguida, voltando ao assunto em análise, afirmou tratar-se de facto de um conjunto de obras estruturantes, porque melhoram a mobilidade das pessoas e das mercadorias, a segurança e a economia para os próximos anos.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 40 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo de longo prazo sob a forma de abertura de crédito ao Banco BPI, S. A / Requalificação da Rede Viária no Concelho - 2.ª Fase»**, tendo este sido aprovado por maioria com 26 votos a favor e 2 abstenções.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados na sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Sendo 21h15, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente: *Jose Carlos Vianna Pedreira*

----- O Primeiro Secretário: *Frei Maria Maria Jesus*

----- A Segunda Secretária: *Freia do Carmo de Jesus Euterio*